



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 30
Horta, Quarta-Feira, 24 de Outubro de 2001

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se pelas 10 horas e 35 minutos.

Período de Antes da Ordem do Dia

Após a leitura da correspondência chegada à Mesa, passou-se à apresentação do Voto de Congratulação pela passagem do “1º Centenário da criação dos Serviços Meteorológicos dos Açores”.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Renato Leal (*PS*), a quem coube a apresentação do respectivo voto, Bento Barcelos (*PSD*) e José Decq Mota (*PCP*).

De acordo com o artigo 95º do Regimento da ALRA, proferiu uma declaração política o Sr. Deputado José Decq Mota (*PCP*).

Feita a apresentação, usaram da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*).

Posteriormente, iniciou-se o período dedicado às intervenções de interesse político relevante para a Região.

Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Manuel Campos (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*) e Duarte Freitas (*PSD*).

Período da Ordem do Dia

Continuação da discussão da Proposta de Resolução “Combate à Toxicodependência”

A Proposta de Resolução foi rejeitada por maioria, não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*).

Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 8/2001/A, de 21 de Maio – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2001”.

Feita a apresentação do diploma pelo Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*), usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), José Decq Mota (*PCP*) e Andreia Cardoso (*PS*).

Submetida à votação foi aprovada, na generalidade e na especialidade, por unanimidade.

Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa aos “princípios e normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens”, **a qual foi aprovada por unanimidade.**

Sobre a mesma, usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Medeiros (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*) e Andreia Cardoso (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*).

Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão dos Projectos de Decreto Legislativo Regional – “Revisão do montante do complemento de pensão”, **apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular e “Aumento ao complemento de pensão”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.**

Após a apresentação dos pedidos de urgência pelos Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*),intervieram no debate os Srs. Deputados Vasco Cordeiro (*PS*) e José Decq Mota (*PCP*).

Os pedidos de urgência foram rejeitados por maioria.

Proposta de Resolução que “recomenda ao Governo Regional a adopção de medidas promotoras da qualidade do sistema educativo”.

A apresentação da proposta foi feita pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (PSD) o qual requereu, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, a baixa à Comissão Permanente de Assuntos Sociais, que foi rejeitada.

Após uma intervenção feita pelo Sr. Deputado José Decq Mota (PCP), o diploma foi retirado.

Proposta de Resolução que “recomenda ao Governo Regional a classificação do Coliseu Micaelense como imóvel de interesse público”.

Intervieram no debate os Srs. Deputados Joaquim Machado (PSD), Paulo Valadão (PCP), Francisco Sousa (PS), Paulo Gusmão (PP) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses), a qual foi rejeitada por maioria.

Petição da população corvina sobre “implantação do ensino secundário recorrente no Corvo”.

Proferiram intervenções os Srs. Deputados José Manuel Nunes (PSD), Óscar Rocha (PS), Paulo Valadão (PCP), Alvarino Pinheiro (PP) e Francisco Sousa (PS).

Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei 29/2001, de 3 de Fevereiro, que estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas portadoras de deficiência, nos serviços e organismos da Administração Pública.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Barros (PS), José Manuel Bolieiro (PSD), Paulo Valadão (PCP), Paulo Gusmão (PP), Francisco Sousa (PS), Hernâni Jorge (PS) e o Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho).

(Os trabalhos terminaram às 18 horas e 50 minutos)

Presidente: Muito bom dia Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, com um pequeno atraso, em virtude de terem entrado outros documentos na Mesa.

Vamos proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

João António Ferreira **Ponte**

José António **Cabral** **Vieira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Manuel Soares da **Silveira**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Óscar Manuel Valentim da **Rocha**

Paulo Manuel **Ávila** **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

António Bento Fraga Barcelos

Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

João Manuel Bettencourt Cunha

Jorge Alberto da Costa Pereira

José Francisco Salvador Fernandes

José Joaquim Ferreira Machado

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

José Manuel Avelar Nunes

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Raúl Aguiar Rego

Victor do Couto Cruz

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Pode entrar o público. Vamos dar início aos nossos trabalhos, com a leitura da correspondência entretanto chegada à Mesa.

Secretário (*António Loura*): Do Grupo Parlamentar do PSD, envio de um pedido de dispensa de exame em Comissão, do Projecto de Decreto Legislativo Regional “Aumento ao Complemento de Pensão”.

Secretário (*Raúl Rego*): Para esta Sessão Plenária de 24 de Outubro de 2001, consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, n.ºs 22, 23 e 24.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão de Política Geral, parecer sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional que “Cria as freguesias de Algarvia, Santo António de Nordeste e São Pedro de Nordeste, no concelho de Nordeste.

Presidente: A correspondência está à disposição dos Srs. Deputados.

Entretanto chegou à Mesa um Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PS.

Eu pedia a um dos Srs. Deputados subscritores, para fazer a leitura do Voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente , Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Os Serviços Meteorológicos dos Açores foram criados em 1901, tendo o Decreto-Lei da sua criação sido publicado a 12 de Junho.

A partir dessa altura começaram a ser enviados telegramas meteorológicos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo para Lisboa, tendo esta actividade passado a ser exercida na Horta a partir do dia 1 de Outubro do mesmo ano.

Hoje os Serviços de Meteorologia estão instalados em todas as ilhas dos Açores e continuam a prestar um importantíssimo apoio a toda a população, mas de uma forma mais determinante a quem está ligado às actividades económicas.

Tendo como objectivo principal a meteorologia e a sismologia, e sendo os Açores uma Região frequentemente sujeita a calamidades da mais variada natureza, é importante realçar o contributo que os profissionais desta área prestam no sentido da salvaguarda de pessoas e bens.

É igualmente digna de menção a melhor articulação que existe presentemente entre estes Serviços, a Protecção Civil e o SIVISA.

Por ocasião das celebrações deste centenário, realizadas nesta cidade no passado dia 27 de Setembro, foi enaltecido e louvado o empenhamento de todos quantos, ao

longo destes cem anos, foram o rosto visível dos Serviços Meteorológicos nos Açores, alguns dos quais se notabilizaram pela sua elevada competência, e que em inúmeras circunstâncias ultrapassaram os seus horários de trabalho e as atribuições que lhes estavam cometidas com vista à segurança das populações.

Por tudo isto, e confiantes de que a qualidade dos Serviços Meteorológicos vai continuar a melhorar, os Deputados do Grupo Parlamentar do PS propõem, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, que esta Assembleia aprove um voto de congratulação pela passagem do 1º centenário da criação dos Serviços Meteorológicos dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 24 de Outubro de 2001.

Os Deputados, *Vasco Cordeiro, Francisco Sousa, Hernâni Jorge e Renato Leal.*

Presidente: Está à discussão este Voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção para manifestar, por parte da bancada do PSD, o apoio a este Voto de Congratulação.

Efectivamente, os Serviços de Meteorologia nos Açores, têm tido um papel fundamental nesta Região arquipelágica, susceptível de frequente instabilidade meteorológica, fundamental não só para as actividades, propriamente ditas e directamente referenciadas, como também para o apoio à navegação marítima, navegação aérea, comercial e também na área do desporto e do turismo, no mar e no ar.

Com esta manifestação de congratulação respeitamos o trabalho que é feito pelos funcionários e técnicos deste serviço, numa manifestação também de gratidão pelo seu empenho, muitas das vezes em condições de trabalho difíceis para, a horas certas e devidas, prestarem as informações meteorológicas tão essenciais para a segurança das pessoas e bens.

É momento para também deixar aqui uma expressão de esperança: que as instalações deste serviço nos Açores possam progredir, tendo melhores equipamentos, melhores

espaços de trabalho, modernizar os seus serviços, como é exemplo o Observatório Meteorológica José Agostinho, em Angra do Heroísmo, que está lamentavelmente em condições muito degradadas, tanto a nível de instalações, como a nível de equipamentos, o que redobra ainda mais o significado do apreço que devemos ter pelos operacionais, funcionários e técnicos destes serviços, que para colmatarem estas brechas têm certamente de fazer um grande esforço e empenho no exercício das suas funções.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria felicitar o Grupo Parlamentar do PS e os Srs. Deputados promotores deste voto pela oportunidade da iniciativa e pela justeza dela.

Penso que para além daquilo que já foi dito e que está escrito no Voto era bom, em breves palavras, registar o seguinte.

O Serviço Meteorológico dos Açores foi um serviço, do ponto de vista científico, pioneiro no nosso País. Teve como fundador e grande animador o Coronel Afonso Chaves. Nele enquadraram durante muitos anos pessoas como o Tenente Coronel José Agostinho, o Comandante Gustavo de Medeiros e o Comandante Salema.

Trata-se de um serviço que ganhou credibilidade científica. Na altura em que não se viam os fenómenos meteorológicos, como hoje acontece, tinham que se interpretar sinais para determinar qual o fenómeno que iria acontecer e prever a evolução.

Recordo, por exemplo, que os Serviços Meteorológicos dos Açores, nos finais dos anos 20, começo dos anos 30, prepararam o primeiro boletim, específico para a aviação, quando começou a haver a travessia transatlântica, em aeronaves.

O Serviço Meteorológico dos Açores, mais tarde fundido nos serviços nacionais, foi do ponto de vista científico, perfeitamente pioneiro, inovador em vanguarda da sua época.

Por tudo isto e por aquilo que se seguiu, segue e hoje acontece em termos da previsão e apoio a muitíssimas actividades e a muitíssimas situações que este serviço faz, é perfeitamente justo este voto, ao qual nos associamos com muito gosto.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos então votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto, mantenham-se, por favor, como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Nos termos do nosso Regimento, e conforme solicitação do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota, para uma declaração política.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A Educação é um dos pilares fundamentais, senão a principal trave mestra de uma sociedade organizada. A Escola assume um papel primordial na formação das pessoas, sendo, logo a seguir à família, um agente fundamental de socialização, pela aprendizagem de saberes, valores e Cultura. Através de sucessivas reformas, com maior ou menor paixão declarada, o Estado sempre tentou, muitas vezes sem o conseguir, transformar a Escola e a Educação nos instrumentos privilegiados para a mudança de mentalidades que um País sujeito a 48 anos de obscurantismo necessitava e continua a necessitar com urgência.

Todos os participantes no processo educativo, pais e encarregados de educação, administrativos, auxiliares, alunos e professores, assumem a sua quota parte de responsabilidade e de importância no sistema. Do seu desempenho depende o normal funcionamento da Escola e, por conseguinte, do sucesso escolar. Mas, de todos estes agentes participantes no processo educativo, os professores assumem um papel nuclear. Há que assumi-lo, sem hesitações ou tibiezas. É importante uma Escola segura, cujos serviços funcionem com regularidade e eficácia, com alunos que dêem à Escola razão de existir. Mas se é essencial a existência de alunos que aprendam, não menos essencial é a existência de professores que os ensinem. Professores com saber e competência, professores dotados dos conhecimentos pedagógicos necessários, mas sobretudo professores motivados. Porque dessa motivação depende a aprendizagem dos alunos, o sucesso escolar dos nossos filhos. Não é concebível uma Escola plenamente eficaz com professores descontentes. E os professores da Região Autónoma dos Açores estão, na sua grande maioria, descontentes. Assumir esta realidade e encontrar as formas de a modificar é um

dever que nos vincula a todos. O que nos parece impossível é fechar os olhos e desprezar aquele descontentamento ou, muito menos, acreditar que ele será dissolúvel à força de medidas legislativas e de maior autoritarismo por parte de quem governa.

O descontentamento de que falamos é visível e audível em muitas escolas da Região. As queixas dos professores multiplicam-se, crescem de tom e não nos podem deixar indiferentes. Não podemos ficar indiferentes à presença de dezenas de professores nas bancadas desta Assembleia, há poucos meses, quando discutimos o diploma relativo à Reorganização Curricular. Como não podemos ficar indiferentes ao Caderno Reivindicativo do Sindicato dos Professores da Região Açores.

Serão as suas críticas, preocupações e reivindicações injustas, sem fundamento e despropositadas? Não terá o seu descontentamento qualquer razão de existir? Serão os professores desta Região incapazes de avaliar a bondade de um vasto conjunto de medidas que directamente os afectam? Se tais medidas são realmente todas boas e os professores se mostram incapazes de entender essa bondade, então como entregar-lhes sem preocupação a educação dos nossos filhos?

Muito concretamente: o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura é neste momento acusado pelo Sindicato dos Professores da Região Açores de práticas autocráticas. Para utilizar a expressão de tal Associação Sindical, o Senhor Secretário é acusado de não respeitar a Autonomia da Gestão das Escolas, preferindo a esse respeito um “dirigismo autoritário sem precedentes”. Esta atitude estaria claramente manifesta em certas medidas tomadas em desrespeito pela Lei, em desrespeito pela importância dos Conselhos Executivos, Pedagógicos e Assembleias de Escola e em desrespeito pela dignidade profissional dos professores.

Importa apurar sobre a verdade destas acusações e, sobretudo, sobre se é este um sentimento generalizado entre os professores da Região. Mas, nesta sede, é absolutamente inevitável que o Governo esclareça esta Assembleia sobre a política seguida pela Secretaria Regional da Educação e nomeadamente sobre quais as medidas tomadas ou a omissão de outras que levam a que os professores se queixem:

- de que está a ser desvalorizado o conteúdo funcional da sua profissão;

- de que têm sido obrigados a desenvolver tarefas que não são da sua responsabilidade;
- de que têm visto o seu horário de trabalho agravado progressivamente, com o que se visaria reduzir o número de docentes no sistema;
- de que têm sido perseguidos com atitudes que atenta contra a sua dignidade;
- de que têm assistido a cortes substanciais nos orçamentos das Escolas;
- de que tem sido reduzido o número de horas para o desenvolvimento de projectos e apoios educativos;
- de que tem sido aumentado o número de alunos por turma, comprometendo o sucesso escolar de tais alunos;
- de que não tem havido investimento em materiais e equipamentos das Escolas;
- de que a Secretaria não resolve, antes acentua a carência de auxiliares de acção educativa;
- de que o Senhor Secretário determinou um Calendário Escolar desadequado, que põe em causa o bom funcionamento das escolas e compromete o início e encerramento do ano lectivo;
- de que pretende aplicar à Região a Reorganização Curricular, sem antes criar as condições para a sua implementação;
- de que o Senhor Secretário vicia os princípios da Reorganização Curricular, dando orientações contraditórias e pouco claras aos órgãos de Gestão das Escolas.

Tomando como impossível a resolução de tantas e tão complicadas questões a curto prazo, o Sindicato dos Professores propõe dez medidas urgentes e de solução imediata. Seguem-se dezenas de assinaturas dos professores presentes em Plenário, professores que subscrevem esta curta mas preocupante declaração, que passo a citar: “Os Professores presentes no Plenário defendem e acreditam numa atitude negocial séria e construtiva, mas mobilizar-se-ão para a luta se a Secretaria Regional da Educação continuar a fingir que negocea, a adiar a resolução dos problemas e a desvalorizar as justas reivindicações dos professores. Assumiremos um processo de luta que, sendo porventura duro e difícil, será sobretudo justo e necessário” – fim de citação.

Em qualquer processo de aprendizagem, é essencial o momento da avaliação. Se é necessário que esta Assembleia avalie com profundidade o estado da Educação na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente indagando sobre o sentimento generalizado de todos os docentes em exercício nas nossas ilhas, certamente o proporemos e existem meios para efectuar tal auscultação. Preferiríamos, no entanto, o caminho do consenso e do diálogo que é proposto pelos professores. Estes, disponibilizam-se para uma negociação séria e construtiva. Perante as notícias veiculadas pela Comunicação Social, que dão conta de alguma abertura por parte do Senhor Secretário, o Sindicato dos Professores decidiu suspender a greve convocada, para possibilitar o diálogo necessário. É de todo essencial, depois deste sinal inequívoco de boa fé, que os professores não encontrem por parte do Senhor Secretário uma atitude hostil que conduza a um endurecimento de posições, potencialmente até a greves que paralisem as Escolas da Região, com todos os prejuízos daí decorrentes, sobretudo para os alunos.

É absolutamente essencial que o Senhor Secretário da Educação interiorize um sentimento dogmático para os amantes da democracia: não basta julgarmos que temos toda a razão; é indispensável que a maioria dos outros concorde que a razão é nossa. E será um tremendo erro insistir que adopta as melhores medidas sobre Educação, se continuar a contar com o desacordo da comunidade educativa. Não basta contar com a solidariedade do Governo, conforme ontem disse. Tem de contar antes com o apoio da sociedade.

Disse.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço, antes de mais, desculpa a todos os presentes, por ter de repetir algo que já aqui disse uma vez.

De facto, relativamente à educação, o PS utiliza o método da avestruz, “mete a cabeça debaixo da areia” para fingir que os problemas não existem.

Este silêncio a que nós acabamos de assistir por parte da bancada do PS, relativamente a uma intervenção séria, actual, que merece uma reflexão e uma discussão, é a prova evidente de que o PS, já não só desiste de discutir, porque o Sr. Secretário Regional da Educação não está presente, como desiste de discutir, mesmo quando o ainda titular da pasta da educação está neste plenário.

Sr. Deputado José Decq Mota:

No plenário anterior, tive oportunidade de dizer, de forma brilhante, acompanhado pelo meu companheiro de bancada, Deputado Manuel Azevedo, de que já não é só o PSD que denuncia o que está mal na educação. Já não são só os Sindicatos dos Professores que denunciam o que está mal na educação.

Desta vez, também o PCP veio associar-se a este coro de protestos, que mais do que fazer um juízo político, tem em vista promover uma reflexão e sobretudo a tomada de decisões que possam efectivamente contribuir para melhorar o sistema de ensino na Região e, conseqüentemente, garantir um futuro menos incerto para os nossos jovens.

Subscrevo, Sr. Deputado, a sua intervenção, mas acrescentava mais alguma coisa. Eu tenho dúvidas, e é preciso que elas sejam desfeitas, de que o Sr. Secretário Regional da Educação tenha a solidariedade do seu Governo.

É preciso que publicamente o Sr. Presidente do Governo, Sr. Carlos César, venha dizer se está solidário com o Sr. Secretário Regional da Educação, porque já ouvi o Sr. Professor vir aqui dizer que só está a cumprir a política do Governo.

Portanto, parece-me que começa a “sacudir a água do capote”, para que em Janeiro o “capote esteja seco” e ele possa partir para outras actividades.

Deputado João Cunha (PSD): Muito bem!

O Orador: É preciso saber se o ainda titular da educação tem de facto a solidariedade do Governo, porque da bancada do PS, o silêncio parece significar que essa solidariedade esteja a diminuir.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultural (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Decq Mota:

Reconheço que a sua intervenção foi séria e construtiva. Portanto, eu quero-lhe dizer que, apesar das preocupações que manifestou nalguns casos não serem coincidentes com as minhas, há muitos aspectos na sua intervenção que merecem, com certeza, reflexão, por isso mesmo eu gostaria de aproveitar este momento – só não me inscrevi de imediato porque não tinha a certeza se do ponto de vista regimental, nestas circunstâncias, poderia ou não falar – para suscitar o debate sobre essas matérias.

Durante a manhã de ontem foi possível encontrar-me com o sindicato que promoveu os plenários e que enviou o documento que foi aqui citado. Esse documento foi aqui analisado ponto por ponto.

Sobre esse documento foi preparado um memorando, que eu peço autorização ao Sr. Presidente da Assembleia, para lhe fazer chegar. Todos os pontos que constam do documento enviado pelo Sindicato dos Professores da Região Açores e que foi aqui citado, foram respondidos um por um.

Na reunião ontem realizada, não se esteve a negociar se o Sindicato faria ou não greve. Não foi uma reunião de negociação, foi uma reunião em que ambas as partes apresentaram as suas preocupações e mutuamente se ouviram.

Após essa reunião o Sindicato declarou, pelo menos por agora, estar satisfeito com as explicações que foram dadas.

Eu queria – e sem prejuízo do documento que vou pedir o favor de fazerem chegar – focar os pontos que são apresentados pelo sindicato.

O primeiro ponto tem a ver com a disponibilização às escolas de recursos humanos. Foi entregue ao sindicato uma lista do número de professores e de funcionários que estão em cada uma das áreas. Na área que levantava mais preocupações e que tem a ver com o apoio aos alunos, neste momento já estão colocados 501 horários. Isto representa um investimento da Região na ordem dos 2,2 milhões de contos.

Na área das outras actividades, ou seja aquelas que vão desde as tarefas de coordenação pedagógica da escola até às bibliotecas e às muitas actividades que se fazem na escola, estão também distribuídas horas que significam um investimento na ordem de 1,7 milhões de contos.

No que diz respeito ao pessoal não docente, os nossos quadros têm 1.470 lugares, dos quais estão preenchidos 1.470 e ainda existem em fase de regularização, graças ao mecanismo do Decreto 81/97, 125 auxiliares, ou seja, neste momento nós estamos com mais pessoal do que aquele que os próprios quadros prevêem.

Nós temos neste momento, e fazendo a comparação com o ano de 96, 7.000 alunos a menos e mais de 200 professores a mais, o que quer dizer que os rácios melhoraram bastante.

Se isto quer dizer que estou satisfeito com os rácios que temos, posso-lhe dizer que não, gostaria que fosse ainda melhor. Só que estes são os rácios possíveis, face às condições das nossas escolas, em termos de infra-estrutura e às condições financeiras que a Região tem.

Para lhe dar uma ideia do número médio de alunos por escola – todos estes dados constam do documento que eu farei chegar ao Sr. Deputado – neste ano lectivo, dados provisórios de arranque do ano lectivo, dizem-nos o seguinte:

O número médio na educação pré-escolar é de 14,9. O número máximo é 20, está estabelecido no Decreto Legislativo Regional nº 14/98.

No 1º Ciclo o número médio é de 17,5. A turma maior que nós temos no 1º. Ciclo é de 28 alunos e estes alunos estão numa turma por opção da própria escola. Esta escola tem turmas mais pequena, mas criaram uma turma especial para alunos do 1º no vinham todos juntos e tem 2 docentes que os atendem, isto na Ilha de Santa Maria.

Fora dessa realidade específica a turma maior que nós temos é de 25 alunos.

No 2º. Ciclo a média regional é de 21 alunos. A turma maior que nós temos é de 28 alunos.

No 3º. Ciclo 21,6 de média, 29 alunos turma máxima.

No secundário, 18,8 alunos por turma. A turma maior que nós temos conhecimento – embora aqui haja dificuldade em definir o que é turma, já que o ensino é disciplinado e portanto não há uma turma constante para todas as disciplinas – é de 31 alunos.

Nós, neste ano lectivo, temos problemas muito graves no que diz respeito à sublotação de escolas. Há 4 escolas que têm problemas gravíssimos de espaço. O problema mais grave está na EB2,3 dos Arrifes.

A seguir temos as 2 escolas de Angra, a EB2,3 de Angra do Heroísmo e a Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade e a Francisco Ornelas da Câmara na Praia da Vitória. São estas 3 escolas que este ano apresentam piores indicadores, em termos de constituição de turmas.

Depois, numa categoria de menor gravidade, mas também com clara sublotação, temos Vila Franca do Campo e Capelas, na Ilha de S. Miguel. Estas são as escolas mais problemáticas na nossa rede.

No que diz respeito à dos Arrifes, é uma situação transitória, pois está em construção a escola dos Ginetes.

No que diz respeito à da Praia da Vitória, está em construção/ampliação. Em Angra a situação é mais difícil, já que estamos a repetir o concurso para a construção da escola de S. Carlos.

O que está a acontecer por toda a Região é o fenómeno de diminuição muito rápida do número de alunos. Por razões de natureza demográfica, nós estamos a perder alunos, a um ritmo muito acelerado. Em cada ano que passa são mais de 700 os alunos que “desaparecem” do 1º Ciclo e este efeito já se prolonga ao 3º Ciclo.

Mantendo a actual evolução demográfica e tendo em conta a realidade das escolas, nós teremos, muito provavelmente, todas as turmas do 1º Ciclo, na ordem dos 20 alunos, dentro de 2 ou 3 anos.

Teremos possibilidade de cumprir a meta dos 25 alunos, que está estabelecida para os 2ºs e 3ºs ciclos, ensino secundário, num prazo que não será tão curto como este, mas também não será muito alongado.

Por isso, nesta matéria temos dado passos gigantescos nos últimos anos, não só devido aos investimentos que têm vindo a ser feitos em infra-estruturas escolares, mas também porque a realidade demográfica da Região tem conduzido a isto.

Em relação às outras preocupações que são apresentadas pelo sindicato, em relação à atribuição de horários de apoio nos Jardins de Infância, é óbvio que nós não

podemos fazer, porque não temos disponibilidade financeira para isso, nem isso se justifica.

Na rede privada há outras soluções, na rede pública também há que implementar soluções semelhantes às da rede privada. Esta é uma matéria que merece um tratamento diferenciado, já que a educação pré-escolar não tem a mesma carga académica e a mesma força, do ponto de vista normativo, que tem o ensino básico.

A questão dos calendários escolares que foi aqui focada, é uma questão que não é exactamente dessa maneira.

No caso das escolas dos Açores, nós temos o regime mais autónómico que existe em qualquer Região do País. As nossas escolas têm a possibilidade de serem elas a fixar o seu próprio calendário. Isso está estabelecido por um Despacho Normativo, o 9/2001, que estabelece basicamente 7 regras, que as escolas têm que cumprir para fixar o seu calendário. Cumprindo essas regras, não é competência da secretaria fixá-lo.

A regra que tem levantado mais questões, tem a ver com o número de dias de aulas. Para que um calendário possa ser aprovado é preciso que existam 180 dias de actividades lectivas, o que não quer dizer que sejam todas aulas, no sentido clássico do termo, são actividades com os alunos. Nesses 180 dias ainda é possível haver pelo menos 5 dias em cada um dos períodos em que possa haver outro tipo de actividades.

No corrente ano lectivo, foi o primeiro ano de aplicação deste regulamento com esta fórmula, o ano passado ele esteve em funcionamento como forma experimental.

Todas as escolas, excepto 8, conseguiram fazer o calendário que entenderam, uma adoptando um calendário, chamado calendário indicativo, que é um calendário feito pela Direcção Regional da Educação e que de acordo com o respectivo regulamento diz que quando uma escola que resolva não fazer é aquele que se utiliza. As outras fizeram o calendário que entenderam.

As escolas que não conseguiram fazer o calendário, realmente passaram por uma situação muito complicada, em que a data limite para apresentação era 31 de Maio e nós chegámos a 31 de Agosto e tínhamos ainda 4 escolas que não tinham conseguido assentar o calendário. A essas escolas foi ordenado, nos termos do Despacho

Normativo, que seguissem o calendário indicativo porque não tinham conseguido fazê-lo.

De qualquer forma desde que as escolas continuem a cumprir as regras em termos de número de dias e em termos das interrupções obrigatórias que são estabelecidas no Despacho Normativo, nada obsta a que se façam alterações. Já foram feitas este ano, que seja do meu conhecimento, pelo menos 2 alterações. É uma decisão que a escola pode tomar, a escola pode resolver, em vez de parar na semana “x”, parar na semana “y”.

Esta é uma matéria que foi colocada aos presidentes de todos os órgãos executivos em reunião plenária, foi discutida profundamente por todos eles e chegaram à conclusão que de facto este regulamento de fixação do calendário, é um regulamento que tem grandes vantagens. Há que criar aqui uma cultura da sua utilização. É óbvio que não é no primeiro nem no segundo ano que isso vai acontecer, temos que dar tempo ao tempo.

Havia questões que tinham a ver com o concurso de professores. Foram todas esclarecidas, nenhuma delas subsistiu depois de analisadas com o sindicato. Não havia qualquer anomalia no concurso de professores.

A questão mais criticável tem a ver com a deslocação de 5 educadores e 6 professores do quadro da zona pedagógica da Terceira, Graciosa e S. Jorge, para o Pico e S. Miguel. Essa deslocação foi feita porque havia excesso de pessoal no quadro da zona pedagógica de Angra e o preenchimento nesses outros quadros, foi feito com o assentimento dos interessados. Esse assentimento foi demonstrado e essa matéria foi ultrapassada.

As questões de diminuição do número de alunos por turma, já me referi aqui a elas, portanto já foram explicadas.

As questões de orientação para formulação de horários foi dentro do âmbito de autonomia das escolas, a secretaria deixou de interferir em matéria de feitura dos horários das escolas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: Sr. Deputado, se é verdade ou não, é o que está escrito.

O Sr. Deputado faça favor de respeitar as intervenções que os outros fazem.

Aquilo que foi dito é que da secretaria apenas se impõe o cumprimento do que está estabelecido nos artigos 36º a 39º.

O Regulamento 24/2001, de 24 de Abril, tem a ver exactamente com a distribuição de alunos.

As escolas que o cumpriram, cumpriram. Aquelas que não cumpriram está a ser feito um trabalho de acompanhamento de lançamento do ano lectivo. Esse acompanhamento do ano lectivo feito pela Inspeção Regional da Educação e sempre que detecta alguma situação de não cumprimento, em colaboração com os órgãos da escola, toma as medidas correctivas necessárias.

Em relação ao sindicato, este foi convidado a apresentar todas as situações de escolas em que não esteja a ser cumprido e eu assumi o compromisso de que todas essas escolas serão de imediato visitadas pelo inspector e será verificado o cumprimento ou não.

Fiquei a aguardar o envio da listagem das escolas em que o estabelecido no despacho normativo 24/2001, não esteja a ser cumprido.

As questões relacionadas com a formação são questões que estão em evolução. Há um decreto legislativo regional sobre esta matéria que já terá dado entrada nesta Casa. Há outros dois, um está em consulta pública, o outro está ainda em preparação e negociação com os sindicatos.

Esta é uma matéria que terá o seu desenvolvimento legislativo ao longo dos próximos meses e ficará com certeza resolvida.

Em relação às questões relacionadas com as verbas atribuídas a cada uma das escolas, essa é uma matéria que já foi resolvida e que está em estreita colaboração com a Direcção Regional do Orçamento e Tesouro e está a ser analisada caso a caso e resolvida. Nós não temos neste momento nenhuma situação de ruptura, nem contamos ter.

Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, eu gostaria de lhe dizer o seguinte.

Este Programa do Governo, é um Programa do Governo, no qual eu, com muito gosto, quer na preparação destas eleições, quer das anteriores, participei na sua feitura. É um programa em que eu acredito profundamente e coloco um imenso

empenho, em que eu me reveja em cada uma das suas medidas, em cada uma delas, cada ponto, cada vírgula.

Isto para lhe dizer que se eu acreditava que era um bom programa há 4 anos e há 1 ano atrás, hoje, face à sua realização, acredito ainda mais e estou totalmente empenhado na sua realização. Também lhe posso dizer, Sr. Deputado, que nunca precisei de pedir a solidariedade de ninguém, porque sempre a tive. Sempre a tive e tive de forma total e cabal, nunca foi preciso fazer isso.

Ao contrário daquilo que alguma imprensa e alguns rumores por aí dizem sobre o meu relacionamento com o Sr. Secretário das Finanças aqui presente, quero-lhe dizer que de facto eu sempre tive, quer do Sr. Presidente do Governo, quer de todos os membros do Governo, a máxima colaboração.

Nunca precisei de dizer ou exigir o que quer que fosse. Sempre me deram aquilo que eu precisei. Isso sempre aconteceu e estou seguro que sempre acontecerá, porque este é um Governo em que todos os seus membros e o seu Presidente trabalham intimamente e em total coesão.

Quanto às questões de entradas e saídas do Governo, obviamente não são para aqui chamadas.

O que eu lhe digo é que eu hoje sinto-me tão bem na execução desta tarefa, como me senti no primeiro, no segundo ou em qualquer um dos dias do mandato anterior e deste mandato.

Espero que isto, de forma cabal, lhe resolva o problema e deixe de andar a falar nisso e a criar rumores que não são verdade.

Eu não quero repetir as palavras do Sr. Deputado daquela bancada, mas quero dizer que quando se diz que uma coisa é mentira é preciso saber se é mentira. Eu não gostei daquilo que ouvi.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, como verificaram a Mesa não interrompeu o Sr. Secretário Regional, considerando a pertinência do assunto, portanto foi um critério de grande latitude e continuará a sê-lo neste debate sobre educação.

Tem a palavra Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Decq Mota:

Ouvi com atenção a sua intervenção e há pelo menos duas áreas que eu gostaria de dar resposta, em nome deste Grupo Parlamentar e dizer-lhe, desde logo, que estamos descansados e estamos disponíveis para a concretização do programa que o PS apresentou para governar esta Região e estamos plenamente confiantes que irá ser cumprido na medida em que, passado um ano, já temos, de certeza, mais de 50% do Programa, na área da educação, cumprido. Portanto estou plenamente convicto que iremos fazê-lo nos 3 anos que nos restam.

Há duas palavras que utilizou na sua intervenção que me tocaram especialmente: “autonomia” e “currículos”.

Quero começar por dizer que não sou eu que digo o que está escrito no “Diário Insular”, de Angra do Heroísmo, da passada sexta-feira, onde um professor diz: “Álamo Meneses, o melhor Secretário que os Açores já tiveram”.

Portanto, como alguns Srs. Deputados, do género do Sr. Deputado Joaquim Machado, passam a vida a citar estas coisas da comunicação social, é pena que se tenham esquecido desta.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu não me esqueci!

O Orador: Mas como era positiva não deve ter tido tempo de ler.

Voltemos à questão da autonomia, para lhe dizer Sr. Deputado José Decq Mota que foi connosco que se começou nesta Região a fazer autonomia nas escolas.

Foi connosco que nesta Região, pela primeira vez, as escolas tiveram dinheiro para muitas das suas despesas. Foi pela primeira vez nesta Região que as escolas tiveram capacidade em áreas que não tinham.

Dizê-mo-lo com muito agrado, com muita satisfação, porque sabemos o quanto difícil foi chegar a esta situação.

Dizia-lhe também que o diploma dos currículos, contou com a presença de muitos professores nesta Casa, o que para mim foi uma honra, porque considero que este diploma que aqui aprovámos irá, para os próximos 10, 12, 15 anos, fazer a mudança das competências na área da pedagogia didáctica, que esta Região não tinha, não teve, nunca se fez nada nessa área e já se começou a fazer.

Posso dizer-vos já que este ano lectivo é prova disso.

Esses currículos irão permitir, por exemplo, que um dos diplomas que já entrou na Comissão de Assuntos Sociais doutra maneira, seria extremamente difícil, para não dizer impossível, poder fazer-se um diploma daqueles.

Por isso digo-lhe que, quando citou o Sindicato dos Professores da Região Açores, do qual fui presidente durante muitos anos e dizia “assumimos um processo de luta”, é verdade, assumiram um processo de luta, mas não é menos verdade que ontem ao fim de 5 horas o processo de luta foi adiado.

É verdade que assumiram um processo de luta, mas não é menos verdade que ontem ao fim da tarde comunicavam que em Janeiro iriam ver. Para mim a grande questão, é que o senhor diz que “na sua grande maioria os professores – as palavras são suas – estão descontentes”.

Com toda a franqueza, com toda a honestidade, olhos nos olhos, não acredito, porque se fosse verdade o pré-aviso de greve, que entregaram, funcionaria na próxima sexta-feira. Se fosse verdade a grande maioria dos professores que estão descontentes com este Governo, com a política deste Governo e com aquele Secretário – porque o pré-aviso de greve foi entregue sexta-feira passada – fariam greve.

Estou plenamente confiante que esses professores perceberam e muitos outros perceberam e percebem, aceitam, colaboram e dão o seu melhor, pelas mediadas que têm sido propostas para as escolas.

É inevitável que irão haver sempre descontentes. É inevitável que nunca estarão todos contentes. Aí estaríamos noutra regime que não aquele que eu defendo e que naturalmente o Sr. Deputado defende para esta Região. Estamos à vontade para dizer que não estarão todos no mesmo barco.

O Sr. Deputado José Decq Mota pode estar descansado, porque na sua grande maioria, os professores perceberam e estão a concretizar as medidas da política deste Governo. Percebem, colaboram e dirigem as escolas, com muita autonomia, como nunca tiveram.

O Sr. Deputado pode pedir informações daquilo que se passa nos concelhos directivos e verificar também através dos sindicatos, porque eles participam. Essa é outra democracia que nunca existiu anteriormente, ou seja, quando a Secretaria reúne com os concelhos directivos das áreas escolares e das escolas da Região, convida e senta também na mesma mesa os sindicatos, para que saibam o que se diz às escolas, como se diz às escolas, porque se diz às escolas e que directrizes se dão às escolas.

Portanto Sr. Deputado Decq Mota tenho muita pena, mas na sua grande maioria os professores dos Açores estão com este Governo e com a sua política.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou procurar comentar as intervenções que ouvi e vou começar pelas questões de menor importância.

Em relação ao Sr. Deputado Francisco Sousa, lamento que na sua intervenção tenha cedido à tentação de fazer insinuações sobre o regime que eventualmente deu, para o que a minha bancada pretende para os Açores.

O regime que pretendemos para os Açores, é um regime constitucional e estatutário, que existe. Não é outro! É este!

Portanto estamos entendidos e não vale a pena bombardear com palavras para tentar adormecer com as mesmas. Estas são as questões mais pequenas.

Em relação ao Sr. Deputado Joaquim Machado, agradeço muitos aspectos da sua intervenção e das suas declarações, mas gostaria de lembrar apenas um pormenor.

Não é correcta a sua afirmação ao dizer “agora o Partido Comunista também...”.

Não é correcto!

Em Junho quando discutimos a reorganização curricular, embora o Sr. Deputado Joaquim Machado tenha feito inflamadas intervenções, o que é certo é que votou a

favor com o Governo e com o PS e quem se opôs àquela proposta foi esta pequenina bancada, através destes dois deputados, que gastaram o seu tempo a fazer as intervenções que entenderam, para discutir aquilo que entendiam que era uma política educativa correcta.

Portanto, embora agradecendo a amabilidade de muitas das suas palavras, não se pode deixar de precisar as coisas com rigor.

Em relação àquilo que é mais importante e àquilo que é fundamental neste debate, agradeço ao Sr. Secretário Regional, os seus esclarecimentos, as suas palavras, a disponibilidade para me fornecer o documento que entregou ao Sindicato dos Professores, do qual ontem falou na televisão e garanto que o vou estudar com o máximo de atenção e pormenor.

Agora, há algumas questões postas, quer pelo Sr. Secretário, quer pelo Sr. Deputado Francisco Sousa, que carecem de esclarecimento ou de pelo menos mais algum debate.

Uma intervenção tem de ser lida no seu todo. Efectivamente eu faço aqui a afirmação que há um grande descontentamento dos professores. Faço essa afirmação. Complemento essa afirmação, com uma outra, pois se não houver a perspectiva dessa situação se resolver pelo diálogo, que é a via que defendemos, então temos que encontrar formas de apurar concretamente as causas dessa situação. Mas basta ir às escolas. Basta falar com professores. Basta falar com alguns professores desta bancada, para se perceber que o descontentamento existe e é profundo, para se perceber que o descontentamento é hoje o dado maior do sistema educativo regional, que transforma, degenera, altera o ambiente da escola, ambientes que não estão sadios, na qual a produtividade em que todos têm de participar, não é afirmada.

São ambientes escorregadios!

São ambientes de conflito!

São ambientes menores e maus que existem nas escolas dos Açores, em muitas escolas, em muitos estabelecimentos concretos, para o qual contribui uma situação geral e é essa a questão principal e primordial que eu levanto na intervenção.

Vamos ver quais são as questões que contribuem para este ambiente e vamos resolvê-las.

O apelo que é feito, digamos que corresponde ao nosso entendimento de seguir pela via do diálogo e começou – é perfeitamente natural e louvável até – pelo facto do Sindicato dos Professores da Região Açores, ter suspenso a acção de luta que tinha marcado para o dia 26.

Ouvi a Sra. Presidente do Sindicato, dizer esta manhã na rádio – suponho que ouvi bem – que considerava 50% das questões esclarecidas.

Muito bem, estão num processo de diálogo. Que prossiga! Que se aprofunde! Que sejam encontradas soluções! Que se veja os estilos, as portarias, os despachos, os despachos normativos, os decretos legislativos regionais, tudo o que for necessário! Que se veja as práticas de relacionamento entre a Direcção Regional e as escolas! Entre os conselhos directivos e o corpo docente! Etc.

Mas que se veja, que se reveja e que se analise. Não se enterre a cabeça. Não se proclame que está tudo bem. Evidentemente que haverão professores que consideram o Sr. Secretário muito bom secretário. O Sr. Deputado Francisco Sousa será um desses, a não ser que muito daquilo que tem dito nesta Assembleia, não seja rigorosamente verdade.

Citou um professor do “Diário Insular”, mas que o ambiente de descontentamento existe, não desmintam, porque não podem desmentir, porque sabem que existe, que se arrasta, que se vem agravando, que depois deste 2^a. Governo se agravou muito, face à situação anterior.

Não é por acaso – umas coisas são verdade, outras são meias verdades, outras não são verdade – que na opinião pública andam coisas no ar e isto corresponde a um ambiente que não é sadio. Corresponde a um ambiente que não é de força, que não é de solidariedade com o Sr. Secretário, solidariedade para consigo, para com a sua política – permita-me que diga assim – com a prática da sua Secretaria. Não gosto de individualizar, mas com a prática da sua Secretaria, com a prática da estrutura que tutela.

Portanto, estas são as questões essenciais.

Quanto aos problemas de pormenor, dos apoios, do número de professores, do número de funcionários, etc., eu obviamente que preciso de ter contacto com as questões. O Sr. Secretário mencionou algumas mas vou estudar o documento e voltaremos a falar sobre o assunto.

Agora, este pequeno Grupo Parlamentar orgulha-se de ter suscitado este debate. Orgulha-se por ter contribuído para que se fugisse a um estilo de debate muito centrado, que não é hoje a questão central do sistema educativo. O que podemos dizer e o compromisso que podemos assumir, é que continuaremos com este debate, sempre que necessário, quando necessário, antes de Dezembro ou depois de Dezembro, antes ou depois das eleições autárquicas, se é que elas aqui são referência para alguma coisa

Continuaremos com este debate em profundidade, porque esta situação não se pode agravar mais, pelo contrário tem que se clarificar.

Esta Assembleia não pode demitir-se das suas responsabilidades.

Nenhum de nós, nem os senhores da maioria, nem estes daqui das oposições, podem demitir-se desta responsabilidade. Nenhum de nós pode fingir que não está a ver o que obviamente estamos a ver.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultural (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Decq Mota:

A questão central da sua intervenção não foi por mim respondida e queria responder também.

De facto, existem problemas e eu não sou pessoa de “meter a cabeça na areia” e não gosto de escamotear os problemas. Existem problemas de relacionamento. Existem problemas que têm de ser resolvidos. Há uma análise que precisa de ser feita sobre esta matéria. Eu estou perfeitamente de acordo consigo.

A minha postura, sempre foi e continuará a ser uma postura de diálogo. Diálogo no sentido de se encontrar as melhores soluções possíveis, obviamente sem abdicar do cumprimento daquilo que são os objectivos que estão traçados pelo Governo para esse sector. Esses objectivos obviamente guiam toda a minha actividade.

Posso-lhe garantir Sr. Deputado, que nunca houve Secretário Regional nenhum – e isso está registado em termos do número de reuniões que foram feitas – que reunisse tantas vezes com os sindicatos e com os diversos parceiros do sector educativo.

Essas reuniões têm sido feitas e continuarão a ser feitas e eu acredito que neste caso concreto o SPRA, mas também gostaria de falar dos outros sindicatos de professores e nos outros sindicatos envolvidos no processo, todos eles estão numa postura de boa fé no sentido de encontrar as melhores soluções para os problemas que enfrentamos.

Esse processo é um processo que terá de continuar e aquilo que o Sr. Deputado disse, e disse muito bem, é de facto aquela orientação do Governo, tentar encontrar as soluções para os problemas que vão surgindo. Essa procura de soluções continuará e continuará no âmbito daquilo que enfim, na minha análise e na análise que é feita, parece-me ser o problema fundamental, que é o problema da mudança, da resistência à mudança e o problema de encontrar os melhores caminhos.

Foi introduzido no sistema educativo dos Açores, um conjunto de mudanças sem precedentes.

Foi mudada radicalmente toda a forma de enquadramento da actividade das escolas. Obviamente quando se faz uma mudança com esta profundidade, surgem sempre problemas e esses problemas que estão a surgir são o natural reflexo dessa mudança.

O descontentamento, existe!

Os problemas de relacionamento, existem!

Não há que os esconder, há sim que os tentar resolver e da minha parte, da parte da equipa que trabalha na Secretaria da Educação e da Direcção Regional da Educação há muita vontade em encontrar essas soluções.

Essa foi uma matéria que foi durante dois dias discutida com todos os intervenientes a nível da gestão das escolas, tentámos encontrar soluções, estamos a procurar soluções e com os sindicatos, com todos os outros parceiros continuaremos em busca dessas soluções.

Agora, nós estamos a enfrentar um momento – quer os Açores, quer o resto do País e aquilo que acontece nos Açores é o reflexo do que acontece no país – difícil e complexo do sistema educativo. Estamos a viver um tempo em que dentro da mesma

escola, com os mesmos professores, existem duas estruturas, duas filosofias distintas em coexistência.

É extremamente difícil fazer funcionar a escola assim. Nós temos alguns anos que já foram abrangidos pela reorganização curricular, funcionam com uma determinada estratégia e uma determinada lógica. Outros ainda não foram, funcionam com outra lógico.

Temos nalguns casos hábitos seculares no nosso sistema educativo que precisam de ser alterados e essa alteração de hábitos é muito difícil e muito complexa.

Por outro lado, temos uma tradição no sistema educativo de pouca discussão e de pouco debate interno. Esse é outro problema complicado das nossas escolas. De facto, eu já cheguei à conclusão que não basta falar com os órgãos de gestão, não basta falar com um conjunto de responsáveis, é preciso que esse diálogo e esse esclarecimento de posturas e de objectivos se estenda a todos os intervenientes do processo educativo.

Por isso é preciso dentro das nossas escolas fomentar o debate e o diálogo. É esse o grande desafio que agora se coloca a todos e essa é uma tarefa que tem todo o meu empenhamento e tem todo o empenhamento da minha equipa.

Outro aspecto que me parece muito importante, é o aspecto que foi aqui, embora lateralmente focado, da autonomia da escola.

A questão da autonomia da escola foi introduzida nesta Região pelas mãos do PS no seu último mandato. Depois das escolas do continente terem uma experiência de quase uma década, foi introduzido nos Açores a autonomia das escolas, através de um decreto legislativo regional, que o seu partido também votou favoravelmente.

Esse decreto tem muitas vantagens, mas também levanta muitos problemas, porque autonomia, obviamente, implica responsabilidade, implica capacidade de decisão e implica capacidade de diálogo interno na escola, porque muitas das tarefas que estavam cometidas à Direcção Regional, ou mesmo à Secretaria Regional, foram nestes últimos anos para o âmbito das escolas e ao serem transferidas para o âmbito das escolas criaram novas necessidades, novas razões de conflito, que agora precisam de ser dirimidas.

Nós temos vindo a tentar aperfeiçoar o sistema, temos vindo a tentar fixar, da forma do regulamento o mais claro possível as normas que as escolas devem seguir. É assim que surge o regulamento sobre a fixação do calendário escolar, que está citado no documento que o Sr. Deputado acabou de receber e que poderá ser consultado.

É assim que surge – ainda não está publicado, mas provavelmente será publicado na próxima 5ª. Feira – o novo regulamento de avaliação do ensino básico das escolas.

Essa avaliação do ensino básico passa a ser agora competência das escolas, que no caso dos Açores têm uma competência muito mais alargado que as do resto do país. Passam por exemplo a decidir sobre feitura ou não de provas globais e a decidir sobre o regulamento das respectivas provas. Foi transferido para as escolas competências que mais nenhuma escola do país tem.

Na área da constituição de turmas e de feitura de horários foram conferidas às escolas muitas competências que eram da secretaria. Obviamente que este é o primeiro ano que isto está a acontecer, pois o despacho de transferência de competências é de abril de 2001. Isso traz para as escolas muito mais trabalho, muitas mais dificuldades e depois também traz as possíveis más interpretações e falsas informações. Essa é uma realidade que temos que viver.

Eu, por exemplo, sei o caso de uma escola – eu creio que ela estaria subjacente no pensamento do Sr. Deputado Decq Mota – em que se fizeram turmas de nível, contrariando o que está estabelecido no Despacho Normativo 24/2001. Isto porquê? Porque houve uma má interpretação entre o que era o nível, se era o nível em termos do nível de ano, em que o aluno se encontrava ou se era o nível em termos de aprendizagem. São problemas que acontecem.

Há uma longa aprendizagem que todos temos de fazer. Obviamente que quando acontecem estas coisas o descontentamento surge e as disputas dentro das escolas surgem. Todos nós temos de aprender com isto. Eu estou seriamente empenhado para que se faça essa aprendizagem.

O número de regulamentos que as escolas têm de cumprir foi drasticamente reduzido. Passámos a concentrar praticamente tudo o que havia em 4 regulamentos. Há apenas 4 regulamentos para o lançamento do ano lectivo, em vez das centenas de documentos que constituíam o antigo “LAO”, que era um dossier imenso que existia

nas escolas, porque se eliminaram todas as regras acessórias e se disse à escola que agora a escola é que regulamentava todos aqueles regulamentos.

O desaparecimento do “LAO” traz problemas às escolas, porque as escolas estavam habituadas a seguir uma espécie de menu, tinham um dossier que dizia tudo o que era preciso fazer. Este dossier deixou de ter validade, isto quer dizer que as escolas têm que criar as suas próprias orientações.

É difícil, é complicado, mas estou seguro que com o profissionalismo de quem está nas escolas e também com a vontade de quem está na secretaria, vamos conseguir ultrapassar estes problemas e vamos fazer da educação nos Açores, um caso de sucesso. Ela já é em muitos casos um caso de sucesso e este sucesso vai continuar a aumentar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar mais pelo fim.

Algumas das observações que fiz durante a minha intervenção, tinham razão de ser e fiquei mais convencido dessa razão depois de ouvir o Sr. Deputado Francisco Sousa, porque esperava que ele viesse trazer ao Plenário a expressão da solidariedade, da bancada do PS, para com o ainda Secretário Regional da Educação.

Não o fez, provavelmente o que vem confirmar aquelas suspeitas e aqueles rumores que os profissionais da comunicação social, mal intencionados – no dizer do PS – lançam aí na opinião pública, de que o Sr. Secretário Regional da Educação é contestado por colegas do Governo, na própria Ilha. Presumo que seja pelo Sr. Secretário Francisco Coelho, ou pela Sra. Secretária que cá não está, ou eventualmente pelo Subsecretário que raramente cá vem. Portanto será um dos três, a probabilidade é de 33% para cada um.

Eu ia dizendo que o Sr. Deputado Francisco Sousa não exprimia essa solidariedade, provavelmente a confirmar os rumores, de que é um dos possíveis substitutos do professor Álamo Meneses, na pasta da Educação.

Sr. Deputado Francisco Sousa, quero dizer a V. Ex^a. que, sem pretender inferir, o senhor seja marciano e provavelmente hoje será um tripulante da odisseia que entrou na órbita de Marte, porque de facto o senhor não está com os pés nesta terra quando fala na educação e do cenário cor-de-rosa que descreve, pois até é reconhecido pelo Sr. Secretário da Educação que esse cenário não corresponde, exactamente, à verdade.

A maioria que anteontem dizia que o clima escolar que dia-a-dia é agravado pela série de incompetências que a Secretaria Regional da Educação teima em manifestar no decurso da sua desastrada governação, que essa linha de rumo suicidária mas perigosa pelos seus efeitos, entre outras coisas, atenta contra os direitos fundamentais dos professores, prejudica claramente as condições de funcionamento das escolas pelos cortes importantes aos seus exíguos orçamentos, prejudica seriamente os interesses dos alunos e encarregados de educação, essa maioria – só porque entendeu ontem suspender temporariamente uma greve – afinal parece que a maioria não é a mesma.

A maioria de ontem, que dá alguma margem de dúvida às respostas do Sr. Secretário da Educação, é a mesma maioria que cinco dias antes dizia e fez um ultimato ao Sr. Secretário, que apesar de dizer não funcionar sobre pressões, foi obrigado, pelos professores desta Região, a responder e dentro do prazo que eles haviam estabelecido.

Portanto a maioria é essa.

Trouxe aqui um exemplo.

Parece que um professor que deu uma entrevista a um jornal da Terceira, afinal é que era a maioria. Não Sr. Deputado! Não é a maioria!

Deputado José San-Bento (PS): Só é maioria quando fala mal!

O Orador: Com certeza que haverá por esta Região fora, vários professores socialistas, ou de afinidades socialista, que considerarão o Sr. Secretário Regional da Educação, o melhor professor, o melhor Secretário que alguma vez tiveram. Mas é verdade que o seu sindicato, o sindicato a que o Sr. Presidiu, disse, à cerca de 15 dias, que o Sr. Secretário da Educação tomava atitudes que só eram comparáveis às que aconteciam antes do 25 de Abril.

Mas também dizia essa Sr. Professor, nessa entrevista, ao “Diário Insular”, alguma coisa provavelmente a pensar no Sr. Deputado Francisco Sousa. Certamente o senhor estava incluído aqui. E eu posso dizer-lhe que há alguns sindicalistas que não vão às escolas há mais de 10 anos. Provavelmente também estaria a pensar no Sr. Deputado, quando diz que afinal está tudo bem.

O que é facto é que não está tudo bem.

Algumas coisas estão bem? Pudera, se não estivessem. Seria impossível dentro dum conjunto de condições a que se sujeita a educação que alguma coisa não estivesse bem.

Mas vamos por partes, Sr. Secretário Regional.

Ficou V. Ex^a. agastado pelo facto de eu dizer que não era verdade, o que na altura estava a proferir, relativamente aos horários.

Secretário Regional da Educação e Cultural (*Álamo de Meneses*): Horários?!

O Orador: Horários.

Quando o senhor falava sobre os horários, eu disse que não era verdade o que o estava a dizer. Realmente não era verdade, baseado no conhecimento de factos.

Sei de escolas que enviaram por 2 e 3 vezes os horários do seu corpo docente para a sua Secretaria, para serem refeitos. Sabe porquê? Porque muitas vezes o que o senhor diz não se escreve e quando se escreve o Sr. manda não cumprir. Relativamente aos horários foi isso que se passou.

Por exemplo, a Escola Manuel D’Arriaga enviou os horários duas vezes para a sua Secretaria para serem refeitos, provavelmente dentro do espírito da autonomia das escolas que o senhor insistentemente fala. Sabe qual foi, entre outras, a consequência desse vai e vem de horários? A escola no dia 28 de Setembro publicava aqui na imprensa da Horta um anúncio com 8 horários incompletos, exactamente porque não quis que alguns professores tivessem no seu horário tempo disponível para apoios educativos e outras actividades e o resultado foi que os horários dos professores e dos alunos foram refeitos e foram lançados a concurso horários de 6, 7, 12 e 15 horas.

De facto, eu quando faço as afirmações, procuro fazê-las baseado em factos e este é um dos exemplos que poderei dar entre muitos outros.

Certamente que ao longo do dia de hoje e de amanhã vamos ter oportunidade para reflectir sobre educação, mas algumas das suas afirmações não correspondem exactamente a alguns dos dados que eu tenho e que foram disponibilizados pela sua Secretaria, nomeadamente:

Do ano lectivo passado para este ano, o número de alunos do 1º, 2º e 3º ciclos e secundário, reduziu na Região em 11,4%. Sabe qual foi a redução do número de professores do ano passado para este ano?

Os alunos diminuíram em 11%, os professores diminuíram em 15,4%. Portanto o decréscimo de professores foi efectivamente maior do que o de alunos.

Secretário Regional da Educação e Cultural (*Álamo de Meneses*): O Sr. Deputado nem sequer sabe ler a tabela!

O Orador: Sr. Secretário, em relação ao seu aparte de que eu não sei ler a tabela, também é falso. Eu tanto sei ler a tabela, que na Comissão levantei uma questão...

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Ah! Que giro!

O Orador: ...para a qual o senhor não soube responder e de facto a tabela que o senhor apresentou lá é que tinha um erro.

Como vê eu até sei ler o suficiente para identificar os erros das tabelas que nos apresentam.

Já agora, tomando essa tabela, eu vou até provar que sei ler, não só pelo erro que vinha lá, no primeiro dia, como pelo erro que continua a existir no segundo dia.

(Apartes inaudíveis do Deputado Vasco Cordeiro).

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro também quer participar no debate? Inscreva-se, que depois nós verificamos se sabe ou não ler a tabela.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Os apartes são regimentais!

O Orador: Sr. Secretário, a sua tabela não está correcta e sabe porquê? Porque tem algumas habilidades e eu vou dispensar de lembrar a expressão popular que normalmente se utiliza neste tipo de truques.

De facto, eu tinha razão, o que o senhor diz muitas vezes não se escreve e quando se escreve é para não cumprir. A Portaria que é deste Verão, a Portaria 31/2001, nem

sequer – que já reduz substancialmente os apoios educativos, relativamente ao ano passado, onde houve alguma facilidade na concessão de apoios educativos nas escolas, porque era ano de eleições regionais – está a ser cumprida.

Sabe qual é a diferença de horas, que por exemplo não foi atribuída ao 2º e 3º ciclos e secundário? Só relativamente à portaria o senhor está em dívida para com as escolas em 1.571 horas, de apoios educativos, em prejuízo dos nossos alunos, 1571 horas semanais que os nossos alunos deixaram de ter em apoio educativo, relativamente ao que está no diploma de Julho deste ano.

A habilidade que contém na tabela, é que o senhor contabilizou nalgumas escolas do 2º. e 3º. ciclo as horas de professores do 1º. ciclo que lá estão a trabalhar e para os quais a escola não tinha direito a horários de apoio educativo. Dou-lhe um exemplo: A Escola Roberto Ivens, em Ponta Delgada, tem 3 professores do 1º. ciclo e o senhor de forma muito experta contabilizou 75 horas. Como a escola não tinha direito a ter apoio educativo no 1º ciclo, portanto ficou logo prejudicada em 75 horas.

Nomeadamente para a escola Roberto Ivens o senhor apresentou na sua tabela que a escola afinal até ficou a dever à Secretaria 31 horas, ou seja tem 31 horas a mais do que deveria ter, quando efectivamente das 88 horas a que ela tem direito, o senhor só lhe concedeu 44, ou seja em vez das 31 a mais que diz que a escola tem, faltam sim 44 à escola. Aqui é que está a esperteza.

É o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que não conhece a tabela e o Sr. Deputado Francisco Sousa que esteve na Comissão, mas também não percebe nada do que está aqui...

(Risos dos deputados da bancada do PS)

Deputado Renato Leal (PS): É tudo gente do ensino básico!

O Orador:... nem sequer identificou o erro que vinha na versão original da tabela da Secretaria.

(Apartes inaudíveis dos deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas vamos mais.

Quadros de pessoal não docente. Eu fico espantado com os números que o Sr. Secretário aqui trouxe...

Deputado Vasco Cordeiro(PS): Fica espantado? Nós também estamos espantados!

O Orador: ... porque sei por exemplo de uma escola que tem menos 115 das turmas este ano e menos cerca de 40% dos funcionários, porque eles transitaram para outro estabelecimento que é vizinho. Se estiver a dizer alguma mentira, o Sr. Secretário que faça favor de fazer essa afirmação.

Formação de professores.

Eu fico também espantado com as declarações que hoje vêm na imprensa, quanto à formação profissional, pois o senhor adiantou que está a fazer um esforço para providenciar a formação dos docentes.

Sr. Secretário Regional, o Sr. no dia 5 de Abril deste ano...

Secretário Regional da Educação e Cultural (*Álamo de Meneses*): Uma mentira tanta vez repetida passa a verdade. Porque será?

O Orador: Sr. Presidente eu requeiro a V. Ex^a. esclarecimentos para o seguinte:

Eu vou voltar a ler o Diário das Sessões do dia 5 de Abril. Se estou a dizer uma mentira como diz o Sr. Secretário da Educação, requeiro a V. Ex^a. a correcção do Diário das Sessões, se não concluimos que mais uma vez o Sr. Secretário da Educação foi impreciso e incorrecto na sua afirmação, porque o que ele dizia no dia 5 de Abril era exactamente isto:

“No Plano temos 300.000 contos que garantem pelo menos um milhão e meio de contos de formação de pessoal docente e não docente, durante este mandato”.

Sr. Secretário, venha daí o dinheiro! Está a tentar providenciar a formação de professores, a tal que foi cancelada em Maio? Está a providenciar!

Não fez formação relativamente à reorganização curricular, com excepção de uma acção de formação de dois dias na Terceira e que por acaso até tem algum conteúdo, que nós eventualmente depois poderemos analisar, que lhe é muito desfavorável, que é muito desfavorável ao Governo Regional e à sua Secretaria.

Sr. Secretário, não está a fazer formação.

Secretário Regional da Educação e Cultural (*Álamo de Meneses*): Quem é que lhe disse?

O Orador: “Aliás por dificuldades financeiras – estou a citar – decidi a Direcção Regional da Educação cancelar os planos de formação contínua para o pessoal docente e não docente para o ano de 2001”. É ofício da sua Secretaria como certamente sabe.

A propósito de dinheiro convém dizer que a situação não está normalizada, porque se considera que a normalização do funcionamento dos estabelecimentos de ensino tem apenas a ver com a garantia do salário de professores e de pessoal auxiliar, isso é muito pouco.

Secretário Regional da Educação e Cultural (*Álamo de Meneses*): Isso não está em causa!

O Orador: É muito pouco, porque há escolas que não pagam gás desde Abril; há escolas que não pagam energia eléctrica e água...

Deputado Renato Leal (*PS*): O quê! No concelho da Horta não pagam água!

O Orador: ... desde o ano passado; há escolas que têm o mesmo orçamento do ano passado e mais cerca de 20 turmas do que tinham relativamente há um ano.

Portanto, a situação não está resolvida e também não é verdade que o Governo sempre lhe deu o que precisou, porque o senhor cativou verbas e depois concluiu que haviam situações de ruptura nas escolas.

Sr Secretário, eu tenho de reconhecer a generosidade e a franqueza de alguma das suas declarações, mas elas comprovam exactamente o desacerto das suas políticas, porque quando cativou as verbas nas escolas, deveria ter tido a capacidade de prever que essa decisão levaria à ruptura do funcionamento de muitas escolas.

Eu vou terminar a minha intervenção...

Deputado Francisco Barros (*PS*): Já?!

O Orador: Eu sei que isso vos alivia.

... sem ter esgotado todo o conjunto de itens que foram aqui abordados durante a discussão, porque certamente haverá mais tempo para a eles chegar, na convicção, todavia, Sr. Secretário, de que não vi manifestada ainda a solidariedade do Governo, não vi, manifestada a solidariedade do seu Grupo Parlamentar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Pela má experiência que tem do Governo que fez parte, isso é trauma que ficou!

Presidente: Srs. Deputados já vos vou dar oportunidade de conversarem um bocadinho.

Ainda há várias inscrições sobre este tema na mesa. Vamos suspender os nossos trabalhos por dez minutos, sem prejuízo do debate que irá continuar.

O partido que suscitou o problema ainda tem 4 minutos.

(Eram 11 horas e 55 minutos)

Presidente: Vamos prosseguir o debate.

(Eram 12 horas e 20 minutos)

Tem a palavra para intervir no debate o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Decq Mota:

Dois pequenos esclarecimentos, o primeiro para o Sr. Deputado José Decq Mota, para lhe dizer que considero que tem havido bastante diálogo e continuará a haver, entre este Governo, os sindicatos, as associações e os conselhos directivos.

Julgo saber, até porque é público, que este ano, onde ainda só vamos no segundo mês deste ano lectivo, já houve pelo menos três reuniões com os sindicatos, o que considero que deve ser um dos recordes de certeza nessa área.

O Sr. Deputado também referiu as práticas de relacionamento, uma questão que para nós também é importante.

Eu sei que as mudanças profundas que se fizeram no sistema na Região, exigem um permanente esclarecimento entre a Secretaria, a Direcção Regional da Educação, os conselhos executivos, os delegados de grupo, os governadores de núcleo e os professores em geral. E é essa uma das áreas mais difíceis, para não dizer a que tem tido mais dificuldades de aplicação, porquanto a multiplicidade de documentos que têm sido publicados, nem sempre são interpretados da mesma forma por todas as

escolas, – nem tem que sê-lo – mas tem que ser na sua globalidade interpretados de forma semelhante de Santa Maria ao Corvo.

Outro aspecto que o Sr. Deputado também refere e que na sua opinião também é extremamente importante, é a clarificação da situação.

Eu julgo interpretar o que quer dizer com esta frase, mas dir-lhe-ia que há muito que clarificar dentro das próprias escolas.

Dizia-lhe por último que não temos por hábito “meter a cabeça na areia”. Portanto, vamos continuar de cabeça erguida e vamos continuar a discutir aqui, na comissão e em todos os sítios que for necessário, estas matérias.

Ao Sr. Deputado Joaquim Machado só quero dizer uma coisa. O senhor está extremamente admirado por haver uma escola que colocou em mini concurso 8 horários reduzidos. Eu ainda me lembro perfeitamente do tempo que o senhor estava no Governo, em que a Escola Secundária de Angra só de matemática e horários completos colocou em mini concurso 13.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente e porque não quero prolongar este debate, queria dizer ao Sr. Deputado Joaquim Machado que, em relação à questão da formação que já foi levantada aqui por duas vezes e de forma que não corresponde à realidade, o dinheiro que estava previsto no Plano a Médio Prazo, se alguma coisa vier a acontecer, será sempre o seu reforço, ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Os senhores é que não vêem isso!

O Orador: ...porque o Fundo Social Europeu foi reforçado, face àquilo que nós pedimos e, neste momento, temos mais disponibilidade financeira.

O Sr. Deputado talvez não saiba que nós neste momento temos 327 mais 160, ou seja, 487 docentes em formação complementar.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Não estou a falar dessa!

O Orador: Essa formação sai das mesmas verbas, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Essa o senhor terá que a pagar a quem está a fazer!

O Orador: Essa também não gostei, porque também não corresponde a nenhuma realidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Pois não!

O Orador: Essa é mais uma das coisas que o senhor passa aqui a repetir...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Arrancou atrasado!

O Orador: Arrancou atrasado por razões que não me são imputáveis e o Sr. tinha tanta obrigação de saber isso como eu.

Portanto, sem querer vir para aqui discutir assuntos, que são assuntos internos da Universidade, quando fizer afirmações é bom que se prepare para elas.

Quer neste aspecto, quer no aspecto da formação, quero-lhe dizer que primeiro, não foi cancelado todo o plano de formação, foi cancelado uma parte do plano de formação da Direcção Regional da Educação, que representa muito pouco no programa formativo regional. A vasta maioria das acções de formação da Região são feitas pelos centros de formação de escolas, pelos sindicatos e por diversos parceiros na área informativa.

A Direcção Regional da Educação, nos termos da lei, tem apenas um papel supletivo, isto quer dizer que eles apenas fazem poucas acções, em acções que não são oferecidos por terceiros. Quando há que cancelar alguma coisa, são essas que são canceladas porque são supletivas. As razões têm a ver com a formação complementar.

É preciso que o Sr. Deputado perceba que toda a formação de professores, quer seja formação complementar, quer seja formação contínua, sai da mesma rubrica orçamental. É evidente que nós estamos a fazer um esforço gigantesco que não tem comparação com qualquer outra região do País, na formação complementar, que é outra formação que tem que sofrer alguma coisa com isso.

É uma política assumida, foi assumida também perante os diversos parceiros. É do conhecimento dos professores, através dos seus sindicatos, que nós estamos a dar prioridade à formação complementar neste momento.

Foi uma opção tomada e uma opção da qual eu não me arrependo. A nossa Região, nesta altura, tem já quase um terço dos seus professores bacharéis do 1º. Ciclo e

educação pré-escolar a iniciar formação complementar. Mais nenhuma outra Região do País tem, os outros índices andam à volta dos 10%.

Nós vamos prosseguir esta política, por forma a que daqui a 3 ou 4 anos tenhamos todos os nossos professores bacharéis com a sua formação complementar feita.

É isto que está a ser feito.

Não há redução nas verbas, não há cativação nas verbas, há sim encaminhamento dum volume financeiro muito importante para essa formação.

Quanto ao plano de formação da DRE, só são canceladas as acções que forem consideradas como tendo menor impacto.

A grande formação das escolas é feita através das associações de escolas. Existem três na Região, as três têm planos de formação grandes e completos. Aquilo que nós estamos a tentar fazer é acabar simplesmente com a formação feita através da DRE. Ela é supletiva e, no novo enquadramento da formação, ela irá desaparecer porque essas competências estão a transitar também para as escolas em termos de auto-formação.

Outro aspecto que o Sr. Deputado aqui frisou tem a ver com a reformulação de horários.

Sr. Deputado, eu estava a falar e citei um documento que tem a ver com horários de alunos, porque aquilo que os sindicatos levantaram, na resposta que eu estava a dar ao Sr. Deputado Decq Mota, era a reformulação de horários de alunos. É isso que consta do ponto apresentado pelo Sindicato, não era a reformulação de horários de professores.

A reformulação de horários de alunos é totalmente da competência da escola. Os horários dos professores têm que cumprir o estabelecido na carreira docente e as escolas têm que cumprir a distribuição de horas que lhes é dada. É isso que tem que ser cumprido, de resto se é atribuído ao professor “A”, ou “B”, isso é um problema da escola, também nos termos da lei.

Quanto à outra questão que o Sr. Deputado levantou, em relação aos professores do 1º. Ciclo que estão em escolas do 2º. Ciclo, esses professores estão efectivamente em funções de apoio aos alunos.

Os professores estão integrados no programa “Oportunidade”, que são neste momento muitos, já se devem aproximar da centena, na totalidade da Região.

Não constam dessa tabela, porque as turmas do programa “Oportunidade”, também não contam para a atribuição de apoios, porque elas têm o seu regime de apoio específico. Se elas levam consigo o seu professor, é óbvio que não contam nem para atribuir apoios, nem o professor que lhe está atribuído conta para os apoios.

Espero ter esclarecido os seus problemas de tabelas. Se houver mais alguma dúvida estou à sua disposição para a esclarecer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Usando o tempo que me resta, gostaria de fazer uns breves comentários, deste debate.

Em primeiro lugar, queria dizer que sinto que este debate foi oportuno, foi importante, porque dele resulta – para além de todos os pormenores, para além de todas as questões levantadas – o reconhecimento do Sr. Secretário, da existência de problemas.

Relativamente ao tipo e causa de problemas, poderemos ter avaliações diferentes e posturas diferentes. Eu gostava de me deter um pouco sobre isso. Diz-se por exemplo que se quer fazer uma mudança e que há resistências.

Eu gostava de colocar uma ideia: Nós temos um corpo docente na Região, que é muito competente e muito empenhado. Eu não rejeito que, quando há qualquer intenção de mudança, por vezes há resistência às mudanças. Eu não rejeito isso. Mas, quando vejo tantos professores que conheço, tantos professores que são tão competentes, prestigiados e empenhados, na sua escola, nas comunidades em que estão inseridos, manifestar profundos descontentamento, eu então tenho que me questionar qual a razão desse descontentamento, ou por que estão a resistir à mudança.

É aqui que penso que bate o ponto, ou seja, não só a natureza da mudança mas o tipo de mudança.

Eu lembrava-lhes uma questão muito importante, ou seja, falou-se hoje muito aqui do Sindicato dos Professores da Região Açores, do caderno reivindicativo e de tudo isso. Mas eu gostava de lembrar que a posição do Sindicato dos Professores da Região Açores, em Setembro, não é a mesma de Junho, ou seja, a Direcção do Sindicato evoluiu na sua posição acentuando a contestação no início e no arranque do ano lectivo, em Setembro deste ano e não em Junho, embora tivesse posições diferentes sobre a reforma curricular e tudo isso.

Em termos de declarações oficiais do sindicato, de documentos do sindicato, de declarações da Sra. Presidente do Sindicato, que fizeram chegar aos partidos aqui representados, há uma modificação e há uma modificação muito forte, muito acentuada, muito nítida, muito bem recortada. Porquê? É esta a questão.

O que é que motivou que no mês de Setembro, no arranque do ano lectivo, o Sindicato dos Professores da Região Açores, que é um dos sindicatos do sector, mas que é o maior, o mais representativo, o que mais fumo penetra na classe docente da Região, tenha evoluído no sentido que evoluiu?

Esta questão é extremamente importante de se considerar.

Entretanto hoje sai deste debate um pouco a ideia da disponibilidade do Governo e da maioria para um diálogo sobre estas matérias.

Mas eu gostava de dizer – tive conhecimento agora mesmo no intervalo, por isso não falei antes – que no Diário Insular de hoje, respeitante a esta reunião que o Sr. Secretário Álvaro Meneses teve com os professores, com os sindicalistas, vem o seguinte, passo a citar a notícia: “Em declarações à comunicação social, Álvaro Meneses frisou que apenas recebeu os sindicalistas para reexplicar a posição do Governo sobre as matérias apresentadas por este, mas não para negociar”.

Temos que nos entender. O que ficou deste debate era que – e algumas declarações que ouvi – o sindicato, o Governo e o Sr. Secretário Regional estavam a dialogar sobre aquele caderno reivindicativo. O sindicato, inclusive, anunciou que suspendia a acção de luta que tinha marcado para o dia 26, até ao final do ano, para haver uma evolução na apreciação daquele caderno reivindicativo. Foi isto que teve presente neste debate esta manhã. Isto é contrariado por esta notícia.

Eu gostaria que o Sr. Secretário Regional, de algum modo, esclarecesse isto, porque este ponto é fundamental.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Dialogar é uma coisa e negociar é outra!

O Orador: O diálogo implica modificação, eventualmente, de parte a parte, mas implica modificações. Eu não dialogo com o Sr. Deputado Dionísio Sousa, para ficar tudo na mesma. Quando dialogo consigo é para estabelecer contactos ou descontactos.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não é para negociar?

O Orador: Portanto, há um caderno reivindicativo, Sr. Deputado, não se esqueça disso. Foi apresentado um caderno reivindicativo com 10 pontos. Um caderno reivindicativo implica um diálogo, um diálogo que é uma negociação.

A Sra. Presidente do Sindicato dizia hoje de manhã que 50% das questões colocadas estavam esclarecidas. E as outras 50%?

Portanto, há aqui um processo de diálogo. Mas eu quero saber se há ou não?!

Eu quero saber se há para dentro do hemiciclo, se há para dentro das escolas e se não há para a opinião pública. Não seria aceitável se isto fosse assim. Não creio que assim seja.

Portanto, as questões têm que ser politicamente claras e termino já, porque o meu tempo deve estar a expirar, dizendo o seguinte.

Nós, da nossa parte, dentro dos instrumentos que estatutária e regimentalmente temos, vamos continuar a acompanhar esta matéria, como é nossa obrigação e vamos continuar a acompanhá-la com muitíssima atenção e sobre as formas que entendermos adequadas, no sentido desta Assembleia contribuir para que o principal problema seja resolvido e o principal problema é criar uma situação que leve à alteração do ambiente de descontentamento e do mau ambiente que existe nas comunidades educativas em geral, nas nossas escolas e que leva a uma ineficácia, que leva a uma situação que não pode continuar por muito mais tempo, porque seriam muito graves os prejuízos, para o conjunto da Região Autónoma dos Açores. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Decq Mota:

Quero desde já esclarecer que, de facto, a reunião que foi tida por um acordo entre ambas as partes e porque estávamos em presença de um pré-aviso de greve, não foi uma reunião de negociação.

Ultrapassada essa questão, – na reunião não foi discutido se havia greve ou não – o sindicato saiu da reunião, reuniu a sua direcção e tomou a decisão que entendeu. Essa não foi uma matéria discutida na reunião. Por acordo entre as partes, essa não foi uma reunião negocial.

Uma vez ultrapassado esse momento, essa negociação e esse diálogo prosseguiriam como, aliás, tem sido sempre apanágio de relacionamento com esse e com os outros sindicatos.

Portanto essa não foi uma reunião negocial, mas o processo negocial obviamente está em curso e prolongar-se-á com certeza no tempo, como aliás vem do passado.

Nós – e o Sr. Deputado Francisco Sousa já frisou isso aqui – este ano reunimos com esse sindicato e no ano anterior reunimos creio que 5 ou 6 vezes com ele. Temos neste momento uma agenda negocial já colocada em cima da Mesa, já estava colocada detrás e há várias reuniões e vários aspectos negociais que prosseguirão ao longo do tempo.

Essa não foi, de facto uma reunião integrada nesse processo.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais inscrições sobre esta matéria.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a viver um período particularmente tenso por diferentes e bem diversas razões.

Seja devido aos graves acontecimentos do passado dia 11 de Setembro e suas sequelas, que se nos apresentam sob um vasto manto de dúvidas, interrogações e insegurança; seja por se estar em plena análise e discussão do Plano e Orçamento

para 2002; seja ainda por se ter estado a preparar as listas às autárquicas de 16 de Dezembro e a trabalhar, já, com vista a essas eleições.

É um facto que, com mais ou menos envolvimento, todos sentimos as eleições autárquicas como o próximo grande desafio. Calcorrear freguesias, por ruas, canadas e becos vai, ou está já a ser, o trabalho de muitos de nós.

A este respeito alguém dizia, há poucos dias atrás, “há que rodar os sapatos novos, para não magoarem durante a campanha”.

O Plano e Orçamento para 2002 e as autárquicas permitem-nos a luta num campo de batalha onde cada um de nós pode esgrimir os seus argumentos, defender o seu território eleitoral, ocupar novas áreas ou perder algumas das conquistadas.

Esta é, na essência, a nossa guerra. Uma guerra democrática que nos permite aplicar, no terreno, as estratégias elaboradas nos comandos das operações. Uma guerra com data marcada para o final: 16 de Dezembro de 2001.

Depois, cada contendor, contará as armas que lhe restaram, as derrotas infligidas aos adversários, ou as sofridas, os ganhos e as perdas. Porém, sempre na salvaguarda dos valores da democracia, inestimáveis princípios que nos deverão ser comuns.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As autárquicas estão aí. Com a força ou as fraquezas do passado, com a acção ou ausência dela no presente, com a riqueza ou insuficiência de perspectivas para o trabalho futuro, os candidatos serão apresentados a julgamento do eleitorado e este, pelo voto, dará o seu veredicto.

No meio deste labirinto autárquico, estará a ser sempre, e intencionalmente misturada, a governação da Região, o ataque e a sua defesa.

Governação, aliás, permanentemente mimoseada pelos seus adversários, segundo os quais o governo pouco faz e o que faz, faz mal.

Governo que até se esquece da colocação da tubagem de gás numa escola da Graciosa, falha imperdoável e oportunamente aqui lembrada na anterior sessão, pelo ilustre deputado Joaquim Machado, que vive em S. Miguel, em Ponta Delgada, que passeia por esta cidade e por este concelho de que é munícipe e cujo partido é responsável pela actual gestão camarária. Aliás, vive o Sr. Deputado Joaquim Machado, como vive o responsável máximo do PSD, como o secretário geral

regional, como a presidente do grupo parlamentar do PSD e candidata cabeça de lista. É obra!

É espantoso como o Sr. Deputado Joaquim Machado deu pela falha da colocação de tubos numa escola da Graciosa e, nos seus passeios pela cidade de Ponta Delgada, não se tenha apercebido, nunca, dos maus cheiros emanados da ETAR localizada na zona da Calheta. Nem o Sr. Deputado Joaquim Machado, nem os outros altos dignitários do PSD, em particular a candidata cabeça de lista que ama a sua cidade. Compreende-se.

A ETAR, importante meio de melhoramento qualitativo para o tratamento de águas residuais e evidente e positivo contributo para o Ambiente, era já um velho anseio de uma cidade em franco crescimento e expansão, quando entrou em funcionamento.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Campanha!

O Orador: Mas não há bela sem senão.

Os serviços competentes, cujos pareceres foram emitidos à *posteriori*, chamavam à atenção e faziam recomendações relativamente ao impacto ambiental da obra, que importa relembrar.

Entre outros, a volumetria dos edifícios, o seu enquadramento com a arquitectura local e uma adequada separação entre o espaço da ETAR e o espaço público. Nenhuma destas recomendações foi tida em consideração. Por outro lado, sendo uma unidade com capacidade para um caudal diário de cerca de 4000 m³ e estando, quando em normal funcionamento, a ser sub-utilizada na ordem dos 150 m³ dia, outro tipo de consequências poderiam surgir, como veio a acontecer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Candidatura PSD que tem prometido este mundo e o outro, não prometeu sequer uns *sprays* à população. Suspeitamos que venha a ser material para distribuir durante a campanha, principalmente aos moradores locais e, até, eventualmente, pretenda fazer campanha junto dos turistas, oferecendo *sprays* com um *look* mais atractivo e frases tipo “estes cheiros são obra do PSD”, ou “com o PSD a governar, os maus cheiros vão continuar” ou ainda “com mau cheiro na Calheta, turismo na gaveta” e por aí fora.

Não se diga que não se sabia, não se diga que se desconhecia.

Na Câmara Municipal, o representante do Partido Socialista tem alertado para a situação e exigido a tomada de medidas para a debelar.

No presente como no futuro, para este tipo de infra-estruturas, na sua concepção e localização, será de toda a vantagem respeitar o meio ambiente, o enquadramento paisagístico, a harmonia arquitectónica e as condições e características técnicas aconselháveis.

Neste particular, entendemos de toda a pertinência denunciar o que se passa e qual a actual situação da ETAR de Ponta Delgada.

Orelhas moucas, vontades poucas e inércia muita, tem sido a atitude da actual Câmara com o silêncio cúmplice do PSD. Não há dúvida que é mais fácil, para alguns, ver um argueiro no olho do vizinho...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É o caso do Sr. Deputado!

Deputado Mark Marques (PSD): E o seu é grave porque usa óculos!

O Orador: ... que uma trave no seu, para citar o adágio popular.

O poder exercido pelo PSD está à vista, o exemplo do risco da sua continuidade, também.

Disse.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Campos:

Tenho que lhe agradecer alguns elogios, se eles foram sinceros – se se trataram de insinuações lamento que assim tenha sido – porque efectivamente os assuntos que aqui trouxe são sérios, devem preocupar tanto os que aqui estão, como aqueles que são responsáveis pelos municípios hoje, como deverá preocupar os que serão responsáveis pelos municípios amanhã.

Quando o Sr. Deputado faz algumas alusões, relativamente à escola da Graciosa, fiquei na expectativa de que, primeiro, tivesse a exacta noção do que é um deputado regional – portanto as intervenções nunca se confinam ao círculo pelo qual fomos

eleitos – segundo, que trouxesse notícia de que efectivamente essa escola está reparada.

Não foi essa, todavia, a sua opção, uma opção legítima. Está em pleno gozo dos seus direitos não ter entrado por esse campo e fazer alusões a outras matérias que, no seu entender, podem não estar bem.

Eu, como membro da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, tenho tido a oportunidade de ouvir outros vogais, não só do meu partido, como também do seu partido, fazerem intervenções sobre esta matéria, sobre os cheiros que são emanados pela ETAR, que funciona na cidade de Ponta Delgada e funciona bem com excepção desse aspecto, que em tempo oportuno e por mais de uma vez, os vereadores responsáveis por essa área têm tido oportunidade de esclarecer, tanto nas sessões da Assembleia Municipal, como nas sessões da própria Câmara. Digo isto, porque como membro da Assembleia Municipal recebo as actas das reuniões do executivo camarário.

Mas estranho que o Sr. Deputado, que por sinal até já viveu na Terceira e trabalhava numa área partidária diferente, não se tenha lembrado que a ETAR de Angra não funciona.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A gente vai esclarecer. Pergunte ao Sr. Deputado Bento Barcelos que ele informa-o sobre isso!

O Orador: Essa, de facto, não funciona.

A de Ponta Delgada funciona, embora possa não cumprir os requisitos de qualidade ambiental que todos nós desejamos e que certamente serão garantidos por esta Câmara ou pela próxima que será presidida pela companheira Berta Cabral.

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro)

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro eu não queria ser obrigado ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não seja convencido. Eu não estava a rir de si nem para si!

O Orador: Não, não sou eu que estou convencido.

... a revelar uma pequena confidência, que só por ser pequena é que vou cometer essa indelicadeza,...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse o seu raciocínio.

O Orador: ... lembrando que um destes dias, em conferência de líderes, a Sra. Deputada, Berta Cabral foi cumprimentada como futura Presidente da Câmara de Ponta Delgada, o que deixou V. Exa. muito incomodado porque vinha de um dos seus camaradas, que participava na dita reunião.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que engraçado!

O Orador: Sr. Deputado, eu queria-lhe dizer o seguinte:

Eu esperava que o senhor ao abordar a questão da Calheta, e fê-lo numa perspectiva de interesse turístico, também referir que, a 100m da ETAR, há um terreno que espera há 5 anos por uma decisão do Governo Regional, que fez promessas e nunca fez nada.

Deputado Renato Leal (PS): Mas não cheira mal!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais cumprimento o Sr. Deputado Manuel Campos. Creio que é a sua primeira intervenção no Plenário. Uma intervenção, todavia, mais vocacionada para uma Assembleia Municipal.

De qualquer modo é, em tempo autárquico, uma oportunidade para se falar de eleições autárquicas e objectivos autárquicos dos respectivos partidos e designadamente do partido da sua bancada.

Já agora, prestava um esclarecimento a propósito desta luta autárquica: não se trata de uma guerra, mas sim de uma disputa democrática.

De qualquer modo gostaria de saber qual o objectivo do PS para estas eleições? Pretende o quê?

Há aqui uma confusão entre o discurso que o senhor aqui fez e aquele que fez o Sr. Presidente do PS. Gostava de ver esclarecido pela sua voz, que objectivo eleitoral tem o PS para estas eleições autárquicas na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para reafirmar, no âmbito de outras funções que exerço, que efectivamente existem problemas com o funcionamento da ETAR de Ponta Delgada. Eu penso que a razão principal tem a ver com uma matéria objectivamente de orientação política e que se refere a uma tentativa de poupar na gestão daquela unidade precisamente porque, como se sabe, os custos de exploração de uma unidade daquele género são bastante dispendiosos. Isso já foi declarado por mim diversas vezes e já há um compromisso da Câmara Municipal, embora já tenha decorrido um prazo que eu considero um atraso para a resolução daquele problema. No entanto, gostaria de afirmar aqui que é uma matéria de interesse regional, é uma situação que tem directamente a ver com um grande agregado populacional e faz todo o sentido ser falada aqui.

Gostaria também de referir Sr. Deputado Joaquim Machado que considero abjecta a forma como o senhor introduziu aqui uma intriguice da sua parte, em relação àquilo que tem a ver com o processo de Ponta Delgada. Em relação a isso Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, o objectivo do PS é ganhar as eleições autárquicas. Foi isso que o PS declarou no último congresso que realizou, ganhar as eleições autárquicas...

Deputado Mark Marques (PSD): Isso o que é? Em números o que é?

O Orador:... e sobretudo ganhar a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Eu gostaria também de aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para prestar um esclarecimento ao meu colega e camarada de bancada que acabou de fazer uma intervenção há pouco.

Gostava de esclarecer – em relação a algumas das dúvidas e das perguntas que ele lança – dizendo que, no fundo, aquilo que nós estamos assistindo aqui é verdadeiramente o que eu chamaria uma crise de declinação da primeira linha do Grupo Parlamentar do PSD.

É verdadeiramente escandaloso aquilo que se passa em relação à actuação quer do Presidente do PSD/Açores, quer da Presidente do Grupo Parlamentar.

De facto, aquilo a que nós temos assistido há diversos meses é o PSD a tentar utilizar factores de sociabilização, como os media, (os jornais, a rádio e a televisão) para sistematicamente lançar a sua mensagem, muitas vezes deturpando e refutando-se a debater temas que deveriam ser esclarecidos aqui, procurando lançar confusão no exterior e aproveita, precisamente, esses meios de influência para ganhar espaço de intervenção política, face a matérias e a combates políticos, que o PSD se recusa a fazer nesta Casa.

(Risos dos deputados da bancada do PS)

Deputada Berta Cabral (PSD): Nós podemos debater saúde, educação, o que quiser!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Esquisófrenia política!

O Orador: É efectivamente essa a crise do PSD. É o célebre caso da última conferência de imprensa que os Srs. fizeram, interrompendo o plenário, que no meu entender foi lamentável.

Deputada Berta Cabral (PSD): É proibido?

O Orador: Os Srs. o que deveriam ter feito era debater o tema aqui dentro, esclarecer as vossas dúvidas e as vossas posições, não o que fizeram, que não dignifica nada a este Parlamento.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Srs. Deputados são 12 horas e 57 minutos, tenho 3 Deputados inscritos. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Eu só não faço e utilizo a figura regimental de protesto, porque regimentalmente não me é possível fazer um protesto em relação a um pedido de esclarecimento.

Agora, eu quero expressar em nome do Grupo Parlamentar do PS, o mais veemente repúdio por aquilo que o Sr. Deputado acabou de fazer.

Com todo o respeito, o senhor portou-se como um “queixinhas”, um verdadeiro “queixinhas”. O senhor desprestigiou este Parlamento mais do que qualquer

conversa que aqui se tenha dito. Aquilo que o senhor fez foi utilizar uma conversa da conferência de líderes – aliás uma piada, um aparte, uma boca, de criação de um clima de boa disposição – numa postura intriguista, de queixinhas. Quero deixar em nome do Grupo Parlamentar do PS o mais veemente repúdio por essa postura, que é uma postura de desprestígio completo por este Parlamento.

Só lamento que em tempos V. Exa. não se tenha lembrado disso. Deixe-me que o lamento fique por aqui.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma pequena referência às palavras do Sr. Deputado José San-Bento.

Sr. Deputado, o Grupo Parlamentar do PSD recusa qualquer acusação de evitar discutir certos assuntos aqui dentro. Aliás, temos dado boas demonstrações de trazer os assuntos aqui, discuti-los cara a cara com o Grupo Parlamentar do PS, com os outros Grupos Parlamentares, nomeadamente com o Governo.

Vezes houve, e ainda hoje de manhã houve uma tentativa disso, de evitarem as respostas desse lado, para evitarem discutir os problemas, aliás, na sequência da intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Hernâni Jorge (PS): Foi uma hora e meia!

O Orador: Aliás, não foi a primeira vez que isso aconteceu. O Grupo Parlamentar do PSD nunca se recusou a debater aqui qualquer assunto. Isso já aconteceu no vosso Grupo Parlamentar, nomeadamente na bancada do Governo Regional.

Em relação a discutir lá fora coisas que deveriam ser discutidas aqui dentro, o PSD discute aqui dentro o que tem que discutir, mas é óbvio, nomeadamente naquela questão que foi falada pelo Sr. Deputado, que nós não íamos responder aqui dentro à mesma altura, porque seria baixar de mais aquilo que já não deveria ter baixado.

Apresentámos publicamente o nosso protesto relativamente a um acto impensado que se verificou aqui dentro e que até hoje não houve retracção por quem o praticou.

Deputado José San-Bento (PS): Quiseram foi tirar dividendos políticos!

Deputado Dionísio Sousa (PS): É um precioso contributo para este Parlamento!

Deputado João Cunha (PSD): E o senhor tem contribuído para isso, rompendo documentos!

O Orador: Sr. Presidente, percebe-se aqui, pelo comportamento de todas as bancadas e particularmente daquela bancada onde se nota mais algum nervosismo, que estamos próximos das eleições autárquicas e é óbvio que todas estas questões vão mexendo com os nervos das pessoas.

Quanto a nós, da nossa parte, estamos perfeitamente tranquilos, sabemos quais são os nossos objectivos, quais as nossas ambições e sabemos quais são as nossas perspectivas de vitória.

Se calhar alguém que não tem essa mesma segurança, para já, nem sequer coloca fasquias, para depois não dizer se ultrapassou ou não. Além de não colocar as fasquias demonstra aqui, por várias vias, bastante nervosismo relativamente a esta matéria. Esse nervosismo clarifica bastante qual é a perspectiva que cada um dos grupos parlamentares tem das próximas eleições autárquicas.

Em relação à utilização e à presença dos nossos Deputados e dos nossos responsáveis partidários, a presença e a exposição pública nesta altura, não é mais do que aquilo que tem vindo a ser. Por causa das eleições autárquicas, a Presidente do nosso Grupo Parlamentar e o Presidente do nosso partido, não podem deixar de desenvolver a sua actuação, como compete perante os cargos que ocupam.

O que não pode acontecer foi o que aconteceu há quatro anos, em que quem tem os cheques – que é o Governo – continuou ao serviço da Administração Pública a comprar eleitores. O que não pode acontecer é – não se pode repetir de novo este ano – quando temos de novo um candidato a presidente de uma grande autarquia dos Açores, ele continue a exercer as suas funções como Director Regional.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados chegámos ao termo do nosso período regimental da manhã.

Os nossos trabalhos recomeçam às 15 horas.

Agradecia aos Srs. Relatores das Comissões que às 14 horas e 55 minutos comparecessem no meu gabinete para falar dum assunto que vos diz directamente respeito.

Muito obrigado.

(Eram 13.00 horas)

Presidente: Srs. Deputados muito boa tarde.

(Eram 15 horas e 25 minutos)

Vamos retomar a nossa ordem de trabalhos. Como se recordam estávamos a debater na generalidade a **Proposta de Resolução**, apresentada pelo PSD “**Combate à Toxicodependência**”.

Neste momento não há nenhum Sr. Deputado inscrito, mas podem fazê-lo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que ontem no final dos nossos trabalhos, estava inscrito apenas para proferir uma declaração muito rápida, em relação a toda esta problemática.

Tínhamos já referido que, em nosso entender, deve ser por esta Assembleia aprofundada a matéria, deve ser estudada na comissão competente e, por isso mesmo, para nós há uma saída diferente em relação a esta matéria. Daí o nosso voto de abstenção em relação a esta Proposta de Resolução.

Presidente: Não havendo mais inscrições vamos fazer a votação.

Conforme foi referido ontem, corrijam-me se eu estiver errado, existe apenas um pedido alternativo, embora com dois números, um e dois.

Passemos à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução, na generalidade, foi rejeitada com 8 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 27 votos contra do PS e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Não há declarações de voto.

Passemos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Eu estou a fazer este compasso de espera, porque há um atraso do Sr. Secretário Regional e o segundo ponto da ordem de trabalhos é exactamente a **Proposta de Decreto Legislativo Regional “Alteração do Orçamento da RAA para 2001”**.

Eu peço a vossa compreensão.

Entretanto chegou à Mesa uma proposta de alteração, apresentada pelo PS, que está a ser distribuída.

Portanto, vamos então iniciar o debate desta proposta de diploma e eu daria a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como Vs. Exas. muito bem sabem, o orçamento rectificativo do Estado para o corrente ano de 2001, consagrou um artigo especificamente dedicado aos Açores e à Madeira, no qual o Governo da República assumiria 12 milhões de contos de dívida das Regiões Autónomas ainda no corrente ano.

Esta assunção de dívidas seria precisamente com o objectivo de, tal como se passa na República, os governos regionais poderem também assumir dívidas dos serviços regionais de saúde.

Nesta ordem de ideias e para aproveitar, digamos assim, este artigo inscrito no Orçamento de Estado, o Governo Regional necessita para o efeito de operacionalizar e de consumir esta assunção de dívida ao Serviço Regional de Saúde.

Nesta sequência apresenta a esta Assembleia esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que tem como objectivo principal, pedir autorização à Assembleia para assumir 12 milhões de contos de dívida do Serviço Regional de Saúde.

Para operacionalizar ainda melhor esta operação, nomeadamente no que respeita à obtenção de boas condições nos mercados financeiros para este empréstimo, – empréstimo esse que já está negociado, embora não esteja obviamente contratado, já houve negociações e já houve contactos com muitas instituições financeiras para saber qual delas oferecia melhores condições para esta operação – entendeu-se que o mutuário desta operação seria precisamente o Instituto de Gestão Financeira da Saúde que assumiria o encargo de contrair este empréstimo e imediatamente a seguir, se não mesmo na mesma oportunidade, cederia esta responsabilidade ao Governo Regional, tal como o Governo da República assume a responsabilidade da Região.

Nestas condições conseguem-se taxas de empréstimo francamente boas, no momento actual.

Nesta ordem de ideias, nós estamos aqui com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional a solicitar à Assembleia Regional que habilite o Governo com os meios necessários para consumir este saneamento, que não é total mas sim parcial, do Serviço Regional de Saúde.

Este documento foi já apreciado na Comissão de Economia e sobre ele já foi emitido um parecer. Creio que não há muitas dúvidas quanto à razão de ser deste documento. De qualquer das formas estou aqui à disposição dos Srs. Deputados para quaisquer esclarecimentos que entendam por bem fazer.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A explicação que o Sr. Secretário acabou de dar e que já tinha dado na Comissão de Economia, parece-nos ser clara relativamente às intenções deste diploma e, à primeira vista, parece-nos que isto será exclusivamente uma forma de operacionalizar o saneamento de parte da dívida do Serviço Regional de Saúde, na sequência do orçamento rectificativo que colocou à disposição dos Açores e da Madeira 24 milhões de contos – 12 milhões para cada região – no sentido de sanear, no nosso caso pelo menos, parcialmente a dívida do Serviço Regional de Saúde.

A forma de operacionalizar isto é esta que aqui foi sugerida.

Da nossa parte entendemos que não há nada a opor em relação a esta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional, após a sua explicação, referiu explicitamente que a assunção por parte do Estado desse montante de 12 milhões de contos – porque é disso que se trata, da dívida do Serviço Regional de Saúde – corresponde a uma parte dessa dívida.

Parecia-me indispensável, perante esta Assembleia, que V. Ex^a. aproveitasse a oportunidade para dar uma informação mais pormenorizada a esta Câmara sobre o montante efectivo da dívida do Serviço Regional de Saúde.

Estamos a aproximarmo-nos do final do ano económico. Como V. Exa. sabe as informações disponíveis por parte do Parlamento não são muito actualizadas nesse domínio, inclusivamente na própria opinião pública e no debate político surgem muitas vezes em cima da Mesa valores díspares sobre essa matéria.

Portanto, era desde já o pedido que fazia a V. Ex^a.

Vi que não havia aqui comparações com os governos anteriores, porque nós vamos habituando, diploma a diploma, matéria a matéria, nas análises que são feitas, a ter sempre a preocupação de um cotejo com a herança que o Governo do PS teve e com aquela que deixa, neste caso, ao Estado Português.

A herança que o Governo Socialista teve em matéria do Serviço Regional de Saúde é bem menos pesada do que aquela que deixa ao Estado Português agora.

Gostaria também de saber se V. Exa. confirma ou não esta minha leitura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui a discutir uma Proposta de Decreto Legislativo Regional de alteração ao decreto orçamental.

Eu sei que a proposta tem um objectivo específico, preciso e determinado que foi explicado pelo Sr. Secretário.

Em relação a esse objectivo específico, determinado e preciso, não temos objecções a levantar e achamos que o documento deve ser aprovado.

Entretanto acho que é necessário fazer-se uma outra referência.

Neste mês de Outubro do ano 2001, estando aberta a discussão do Orçamento de 2001 através de uma proposta de alteração, na nossa óptica, não faz grande sentido que se fale só de aspectos particulares, ou seja, está na mesa uma proposta de alteração da Lei do Orçamento e entretanto sabemos que no orçamento deste ano – sabemos porque é voz pública, sabemos porque o Sr. Secretário tem falado nisso, sabemos porque o Presidente Governo tem falado nisso, sabemos que são inúmeros os serviços públicos que falam na cativação de verbas, etc. – há problemas.

Entretanto surge esta questão particular com a qual estamos de acordo e, desde já, asseguramos aqui o voto, mas não me parece bem que o resto passe despercebido no meio disto.

Seria uma oportunidade – porque estamos a falar do orçamento de 2001 – desta Câmara ser, de algum modo, esclarecida sobre a razão da cativação das verbas, sobre as anomalias que eventualmente se verificaram na captação de receitas, sobre as necessidades de diminuir as despesas em função disso, etc., sob pena desta Câmara não estar completamente atenta à problemática que está a discutir, que é o Orçamento de 2001, que aliás não foi discutido em Novembro do ano passado, de acordo com a lei em vigor. Foi discutido em Abril, porque houve eleições o ano passado.

Portanto, foi há poucos meses e as anomalias começaram a surgir muito pouco tempo depois.

Eu lembro-me que em plenas férias fiz um requerimento. Talvez não tenha sido bem compreendida a razão de ser desse requerimento, mas algumas das preocupações lá postas, passado poucas semanas, começaram a ficar patentes.

Eu aproveitava esta oportunidade – e digo pela 10ª vez, estamos a discutir o Orçamento de 2001 – para pedir ao Sr. Secretário alguma informação sobre esses problemas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pela questão que foi colocada pelo Deputado Alvarino Pinheiro, na minha intervenção não falei de uma herança do passado. V. Exa. é que falou.

Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*): Já estou habituado!

O Orador: Nós já perdemos este hábito. Achamos que nós próprios já fizemos história.

Deputado Mark Marques (*PSD*): Até que enfim!

O Orador: Achamos que a nossa experiência governativa, desde finais de 1996 para cá, já é história e esta história já nos basta para fazer comparações com anos da nossa governação anterior. Talvez venhamos ainda a invocar um caso ou outro gritante, que valha a pena referir o passado. O passado também não se deve esquecer,...

Deputado João Cunha (*PSD*): Não, até para exame do que foi bem feito!

O Orador: ... deve servir de lição ao futuro. E estas lições nós temos aprendido e fazemos sempre por aprender com as lições dadas por outrem e pela nossa própria experiência governativa.

Não falei nas negociações que houve com o Governo da República, para a assunção desta dívida, porque achei desnecessário. Vamos à objectividade das coisas. Há esta possibilidade que foi conseguida no orçamento de Estado. Vamos aproveitá-la!

Foi única e exclusivamente para aproveitar esta possibilidade que nós estamos aqui a pedir à Assembleia os instrumentos que precisamos para regularizar esta situação, que é parcial.

Eu, neste momento, não tenho ainda os números do corrente ano de 2001 da dívida ou do déficit, que são duas coisas diferentes, do Serviço Regional de Saúde. Muito provavelmente quando reunirmos aqui no próximo mês já teremos números fidedignos referentes ao mês de Junho. Nessa altura, Vs. Exas. saberão qual o estado do Serviço Regional de Saúde referente a Junho.

Relativamente ao ano anterior, 31 de Dezembro, a dívida do Serviço Regional de Saúde era de 14,8 milhões de contos, onde fica praticamente toda absorvida à

excepção de 2,8 milhões de contos, por esta operação financeira que nós vamos fazer.

Quanto ao Deputado Decq Mota, isto é entrar noutro debate que não este propriamente, que aqui está.

Como V. Exa. muito bem sabe, embora talvez nunca tenha tido experiência governativa, mas não é preciso experiência governativa para saber e constatar, não há um ano económico igual ao anterior. Todos eles são diferentes, em todos eles existem dificuldades, em todos eles existem problemas que têm de ser ultrapassados e é precisamente por isso que existem os governos para ultrapassar os problemas que quotidianamente se nos põem na execução daquilo que foi previsto, na generalidade dos casos, com um ano de antecedência.

Neste momento, é óbvio que nós temos algumas dificuldades, nomeadamente por carência de receitas que estavam previstas no Orçamento da Região Autónoma dos Açores, que foi aqui aprovado nesta Assembleia. Temos alguns problemas, por isso mesmo fizemos a cativação de verbas de algumas rubricas a exemplo do que fizemos em anos anteriores, precisamente para precaver esta possibilidade das receitas previstas não serem iguais às efectivamente arrecadadas.

Mas isto tudo, Sr. Deputado, são questões que serão resolvidas com os instrumentos que o Governo tem. Precisamente por isso é que fizemos as cativações de verbas e repito, tal como fizemos em anos anteriores, para possibilitar chegarmos ao fim do ano com o orçamento cumprido, não na íntegra, porque nenhum orçamento é cumprido a 100%, mas com o máximo possível e com os meios financeiros que durante o ano tivemos, independentemente, de estarem ajustados às previsões anteriormente feitas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Para nós o que é preocupante é que, ao contrário do que V. Ex^a. referiu e que nós partilhamos, o passado deveria servir de lição para o presente e para o futuro. Nesse

domínio a lição não foi devidamente aprendida, porque o que se verifica é que a situação no sector da saúde, sob o ponto de vista financeiro, porque é isso que estamos aqui a tratar, tem vindo a agravar-se.

A filosofia orçamental que o Governo utiliza relativamente ao sector da saúde é a da suborçamentação. Sistemáticamente o Governo não encara o problema financeiro da saúde na Região Autónoma dos Açores e, conscientemente, faz um orçamento de despesa com um grau de déficite superior àqueles que se verificaram no passado.

Portanto, é uma má gestão e uma desequilibrada gestão orçamental do sector, não se ter em conta as lições do passado nesse domínio.

Em 96, havia o compromisso de sanear financeiramente o sector da saúde e de adoptar uma política realista, uma gestão racional e parcimoniosa, mas séria. Ora, o que se verifica é o contrário, é o acumular do déficite do sector e, portanto, deixar para os fornecedores o papel – que alguns já estão a rejeitar – de financiadores do sector.

Nesse contexto vou deixar mais uma pergunta ao Sr. Secretário.

Com este saneamento parcial onde diz que ficam apenas cerca de 3 milhões de contos por fora, com dados referentes ao início do ano, como está o sector neste momento? Em vez de 3 podem ser 6, 7 ou 8. Isto é que é dramático! Peço imensa desculpa, não quero ser impertinente, mas é o nosso papel, não temos outra forma de chegar lá. Esta Assembleia não pode passar permanentemente cheques em branco a V. Exa. e ao Governo. Tem que compreender!

Se o Sr. Secretário tivesse deste lado, certamente, que não seria tão moderado nos comentários como eu estou sendo e o meu partido com V. Exa.

Isto é um assunto muito sério e se nós queremos credibilizar a administração perante os cidadãos, a própria Assembleia tem a estrita obrigação de questionar V. Ex.^a, eu diria até exigir, que o Governo Regional apresente contas perante esta Casa. Já nem me refiro a uma Comissão Parlamentar. Isso está de tal maneira que tem que ser perante esta Assembleia.

Nós recebemos há bem pouco tempo uma informação, um apelo, um SOS, por exemplo, da Associação Nacional de Farmácias, que dava conta da sua incapacidade para fazer com que o Governo Regional satisfizesse os seus compromissos através

do Serviço Regional de Saúde, para com aquela associação. V. Ex^a. também deve ter recebido esse apelo.

Pergunto: vão ser contemplados com esse saneamento ou vão fazer parte dos “N” milhões de contos que vão continuar em dívida no Serviço Regional de Saúde? Vão ser parcialmente contemplados?

Há várias políticas de gestão de dívida e pelos vistos este Governo vai-se especializando nessa tarefa de gestão de dívida.

Finalmente, gostaria de referir que sob o ponto de vista político e face ao diploma que temos em presença, obviamente, que o PP vai votar a favor, porque vai votar a favor de uma redução de dívida efectiva na Região Autónoma dos Açores e acho que devemos todos dar graças a Deus, por continuarmos a beneficiar do “caos” financeiro que o Governo da República está a conduzir este país e efectivamente são situações de paralelismo que seriam de todo indesejáveis, e portanto evitáveis, mas já estamos naquela lógica: já que o Estado está numa situação caótica, e o Serviço de Saúde por excelência, então que os Açores ao menos beneficiem disso.

Acho que foi a alegria que todos tivemos quando vimos o Estado Português assumir adicionalmente este grande buraco no sector da saúde a nível nacional, pois a nossa satisfação com a desgraça alheia – que também é de todos nós, porque também somos contribuintes nacionais – libertou-nos mais 12 milhões de contos. Tem sido a nossa sorte.

Tivemos antes os 110 milhões da assunção da dívida no âmbito da Lei das Finanças Regionais, e vamos nessa postura irresponsável, sob o ponto de vista financeiro, andando neste mundo por ver os outros andar, sempre na esperança que a desgraça nacional amanhã nos dê a mão, outra vez, com a revisão da lei ou uma coisa qualquer.

Ora bem, como autonomista e como responsável político não posso aceitar esse fatalismo e nessa postura Sr. Secretário não contem connosco para estarmos minimamente solidários com uma política financeira irresponsável como esta.

Vamos votar para bem dos Açores e aliviar o povo dos Açores, directamente, como contribuinte local, dessa dívida de 12 milhões de contos e insatisfeitos porque o Governo mostra-se incapaz de informar o Parlamento dos Açores de qual é a

situação financeira do sector é da saúde na Região. É lamentável que no fim de Outubro, não se saiba minimamente de forma actualizada a dívida do sector da saúde.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Muito brevemente apenas para chamar a atenção para uns pequeninos aspectos muito importantes.

No ano em curso – eu já o afirmei e sublinho, porque é bom lembrar – o Orçamento foi aprovado em Abril e não em Novembro do ano passado, por razões que resultam da legalidade.

Segunda questão: o Sr. Secretário frisou por duas vezes que já tinha sido usado noutros anos esse instrumento da cativação de verbas. É verdade! Mas não foi usado noutros anos com tanto impacto como neste.

Portanto, o que quero dizer é que temos um problema de grau. É evidente que são instrumentos que o Sr. Secretário e o Governo dispõem, que se forem usados num pequeno grau, significa que o problema que está na origem do recurso a esse instrumento é um problema pequeno. Se são usados num grande grau o problema que está na origem do recurso a esse instrumento é um problema grande. É essa a situação deste ano. É por isso – e queria sublinhar esse aspecto – que estranhámos que quando se fala de orçamento, mesmo que seja para falar dum método de aliviar uma parte da situação de dívida que a Região tem neste sector específico, admira-me que não se fale do resto.

É evidente que daqui a um mês ou menos, vamos ter a sessão do orçamento para o ano que vem e é evidente que os problemas das receitas, das despesas, os problemas de se saber se quando se fez a previsão houve empolamento da receita, o problema de saber se quando se programou a despesa havia intenção ou não de a realizar, tudo isso irá ser mais esmiuçado e mais debatido.

De qualquer maneira do ponto de vista político, penso que não era muito perceptível que tivéssemos a discutir o orçamento de 2001, sem que ninguém acusasse as anormalidades que tem que perpassar pelo seio do orçamento de 2001.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero congratular-me pela posição final do Grupo Parlamentar do PP, que já declarou que irá aprovar este diploma. Eu aplaudo essa posição, mas não comungo das mesmas ideias em relação ao que referiu anteriormente nem com este tom catastrofista em que o Governo da República está a querer levar o país para um “caos” e que está, enfim, com uma gestão financeira escabrosa.

Percebi que a gestão financeira aqui na Região estava num “caos”. Também percebi que acusava o Governo de gerir a dívida pública sem controlo, etc.

Sr. Deputado, neste aspecto basta olhar para a realidade e ver que nós conseguimos, no aspecto da dívida, reduzir o stock da mesma, por uma vez em 110 milhões de contos e agora em mais 12. Portanto, já vão 122 milhões de contos de dívida que deixamos de ser responsáveis por ela.

Se isto é conduzir mal financeiramente a Região, então não sei o que é conduzir bem. Talvez quando V. Ex^a. algum dia for Governo, se o for, leve esta Região para o paraíso.

Quanto ao deputado Decq Mota pois registo, e é um facto, que estamos a tratar do orçamento rectificativo deste ano. Compreendo perfeitamente que queira introduzir outros temas de debate que não aqueles que estão aqui expressos neste diploma legislativo, mas quanto a isso também lhe posso responder, genericamente, que efectivamente tivemos um problema de arrecadação de receitas que não correspondeu àquilo que foi previsto no orçamento.

Recordo que no Orçamento de 2001 nós tínhamos previsto um crescimento de receita fiscal, nomeadamente em sede de IRS e IRC, com uma taxa de crescimento real de zero, porquanto somente previmos que esses viessem a crescer em 2001, cerca de 2,5%. O que é que sucedeu? Sucedeu – e ao longo destes últimos anos isso tem sido sobejamente debatido – que os acertos finais feitos pela administração fiscal em sede de IRS e IRC, para contemplar as baixas fiscais, as baixas de impostos que houve aqui na Região, relativamente a 99 e 2000, só incidiram em

força este ano. É esta a razão principal da quebra de receitas relativamente aos impostos.

Por outro lado, em sede de fundos comunitários, a comunidade ainda não fechou o II QCA, onde também houve menores receitas percebidas pela Região. São estas as duas razões fundamentais que nos levaram, através dos meios do Governo, a fazer cativações de verbas naquilo que era possível, precisamente para que os serviços fossem ao longo do ano habituando-se ou tendo a consciência de que não poderiam gastar tudo o que lá estava consignado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Comissão de Economia tivemos oportunidade de questionar o Sr. Secretário em relação a algumas destas matérias que aqui estamos a falar, por um lado. Por outro, estando a falar concretamente em relação a este diploma, não quisemos extrapolar um conjunto de dúvidas que tínhamos, que temos e que em breve as colocaremos para tentar esclarecer a situação financeira da Região, porque a figura regimental que aqui está em causa, tem a ver com esta correcção do orçamento e que para nós, julgo que também é uma das razões por que estamos aqui e vamos votar favoravelmente. Isto tem a ver com o pagamento de dívidas contraídas e de pessoas que estão à espera desse dinheiro.

Portanto, terá que ser rapidamente resolvido, mas não deixaremos de, em tempo oportuno, tentar esclarecer um conjunto de dúvidas que temos em relação a isto e que passam não só pelos esclarecimentos devidos, relativamente à receita, mas também relativamente à componente da despesa.

No caso da Saúde já se sabe, pelas informações que o Sr. Secretário já deu na Comissão e também aqui, que desde 96 a 2000, tivemos em média uma cadência de acréscimo do déficit em cerca de 2,5 milhões de contos, razão pela qual após este saneamento, mantendo-se essa média, previsivelmente, ficaremos no ano 2001 mais ou menos ao nível que tínhamos em 96. Mais uma razão, face às dificuldades orçamentais que o Governo finalmente tem vindo a reconhecer, para que se faça

alguma coisa em termos de aumento da eficiência e redução, por essa via, do peso relativo da despesa da Saúde.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para reafirmar a posição do Grupo Parlamentar do PS, relativamente a esta matéria, uma vez que já o tínhamos feito na Comissão de Economia.

Contudo, penso que é importante reafirmar que o PS vai votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao debate na especialidade.

Artigo 1º. Para este artigo não existem propostas de alteração

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1º, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 2º.

Para o artigo 2º há uma proposta apresentada pelo PS, relativa à alínea f), do artigo 9º, do Decreto Legislativo Regional nº 9/98/A, de 13 de Abril.

Está à discussão o artigo 2º.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar conta do conteúdo desta proposta de alteração, que vem no sentido apenas de uma reformulação de natureza técnico-jurídica de uma melhor formulação do artigo 2º. Não altera em nada o conteúdo, apenas a forma.

Obrigada.

Presidente: Não há mais intervenções.

Vamos então votar esta proposta de alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à votação deste artigo 2º, já com esta proposta incluída.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 3º. Está aberta a discussão

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir que existe uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, relativamente ao artigo 3º..

Presidente: Exactamente. Peço imensa desculpa.

Para o artigo 3º há uma proposta de alteração apresentada pelo PS.

Está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É proposta uma alteração a este artigo 3º, uma vez que a Lei nº 74/98, que prevê a publicação, identificação e formulário dos diplomas, no nº 1 do artigo 2º, refere que o início da vigência pode ficar-se apenas, como prazo limite mínimo, no dia seguinte ao da publicação. Daí a sugestão de alteração da letra do diploma.

Presidente: Não há mais intervenções.

Vamos votar a proposta de alteração que substitui no fundo o artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à votação final global do diploma, considerando aquilo que já foi aprovado na especialidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, em votação final global, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao ponto 3 da nossa ordem de trabalhos que é a análise e votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional, relativa aos “princípios e normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens”**.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional propõe este Decreto Legislativo Regional que vem alterar um anterior, o Decreto Legislativo Regional 15/99/A, que por sua vez procedeu à aplicação na Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei nº 366/97 e da Directiva 94/62, do Parlamento Europeu.

A generalidade das alterações que aqui são propostas, são alterações de forma. Existe no entanto uma alteração de substância que tem a ver precisamente, no âmbito do CRAJER, com a incorporação de um representante de cada uma das entidades gestoras de embalagens e resíduos de embalagens na Região.

Esta alteração é fundamental para podermos, na Região Autónoma dos Açores, a exemplo daquilo que se passa no continente, ter a operar entidades que possam gerir e dar destino adequado aos resíduos de embalagens, tanto ao nível de reutilização, como também ao nível da reciclagem.

O Governo Regional aguarda a aprovação deste decreto legislativo regional para, em sequência, fazer aprovar uma Portaria que vem regulamentar a gestão de embalagens na Região, criando um sistema de consignação de embalagens reutilizáveis e também estabelecer planos de gestão de embalagens reutilizáveis e de embalagens não reutilizáveis.

É tudo quanto se me apraz dizer. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para admitir a posição do Grupo Parlamentar do PSD, relativamente a esta proposta de diploma que, na generalidade, merece o nosso acordo, na medida em que resulta efectivamente de alterações orgânicas do Governo regional e confere, compreenda-se, uma maior funcionalidade a todo este regime.

Gostaríamos, desde já, de salvaguardar a nossa posição na especialidade, visto que há aqui algumas questões muito particulares, aliás fazem parte das propostas de alteração apresentadas pela Comissão de Economia, que deverão ser, em nossa opinião, consideradas.

Gostaria ainda de referir que parece que o artigo 2º desta Proposta de Decreto Legislativo Regional é inovador, constitui matéria inovadora e regista-se com agrado, na medida em que republica o diploma antigo, com as alterações que lhe são introduzidas, o que com certeza virá facilitar muito o manuseamento da legislação para quem tiver de trabalhar nestas áreas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para assinalar, muito rapidamente, a concordância do Grupo Parlamentar do PCP, em relação a esta proposta, lembrando que estamos a tratar de uma matéria ambiental – e essa consciência já existe há anos – de extremíssima importância. É um sinal positivo haver atenção em relação às evoluções que as questões têm, nomeadamente a alteração de substância, que o Sr. Secretário Regional enumerou.

Em relação à especialidade também queríamos declarar que estamos de acordo com aquilo que vem da Comissão e com a proposta agora entregue pelo Grupo Parlamentar do PS.

Muito obrigado.

Presidente: Agora sim, parece não haver mais intervenções, vamos proceder à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, foi aprovada na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à especialidade.

Artigo 1º.

Está aberto o debate sobre o artigo 1º, para o qual existem propostas de alteração, algumas da Comissão e outras do Grupo Parlamentar do PS.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não há inscrições. Vamos então votar as propostas de alteração apresentadas para o diploma que está a ser regulamentado por nós. Existe alteração no seu nº 2, nº 3, nº 4 e nº 7º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à votação do artigo 1º do nosso diploma, com as alterações entretanto aprovadas.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora às alterações propostas para o artigo 4º.

Há uma proposta de alteração da Comissão.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos, votar esta proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Penso que cometi um erro há pouco. Vamos agora aprovar, sim, o artigo 1º do diploma com as alterações constantes para o artigo 2º e artigo 4º do diploma que se está a regulamentar.

Vamos fazer a votação na especialidade deste artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos ao artigo 2º.

Há uma proposta de alteração para o artigo 2º apresentada pela Comissão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar o artigo 3º.

(Pausa)

Não há intervenções, então vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 3º, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Finalmente vamos fazer a votação final global deste diploma com as alterações já aprovadas.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, em votação final global, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O diploma baixa à Comissão de Economia para redacção final.

Passemos agora à apreciação do **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Revisão do montante do complemento de pensão”**, apresentado pelo PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento desta Assembleia o PP apresentou um Projecto de Decreto Legislativo Regional, com vista à revisão do montante do complemento de pensão, para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2001.

Trata-se de uma matéria que tem sido amplamente discutida nesta casa e nas Comissões Especializadas da Assembleia Legislativa, o que, sob o nosso ponto de vista, permite uma apreciação em plenário sem a prévia discussão e apreciação da mesma em sede de comissão.

Por outro lado também, sob o nosso ponto de vista, fundamenta este pedido urgência e dispensa de exame em Comissão o facto de estarmos no período legislativo de Outubro, o único que antecede a discussão, apreciação e votação do orçamento da Região Autónoma dos Açores para o próximo ano 2002 e por, conseguinte em tempo útil se poder fazer uma apreciação da matéria respeitante ao montante do complemento de pensão e, no caso desta Assembleia Legislativa aprovar o diploma, dar oportunidade para o Orçamento da Região para 2002 se compatibilizar com a legislação aprovada nesta Assembleia.

Sob esse ponto de vista parece-nos evidente que a oportunidade para apreciação desse diploma, de forma útil, é efectivamente durante este Plenário da Assembleia Legislativa.

Presidente: Continua aberto o debate sobre este Pedido de Urgência.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro).

O Orador: Pois, tem toda a razão, são dois pedidos de urgência sobre a mesma matéria.

Portanto pode o PSD fazer já a apresentação do seu.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o PSD há um imperativo político, concretizar uma estratégia de melhoria sensível nas pensões e nas reformas.

Esta é já uma repetição dum projecto do PSD, do aumento do complemento de pensão, já existente na Região Autónoma dos Açores. Aliás, em 2000 foi criado esse complemento para os pensionistas e reformados residentes na Região Autónoma dos Açores.

Para nós os pensionistas não são um problema a evitar todos os anos e em cada orçamento. São, desde logo, uma prioridade da política social.

O PSD propõe com o seu projecto, desta feita, um aumento de 2.000\$00, a acrescer ao actual complemento que é de 6.400\$00.

É uma proposta regressiva que dá mais a quem mais precisa e menos a quem menos precisa.

O complemento de pensão passaria a ser, com a nossa proposta, de 8 400\$00. O nosso entendimento é que esta proposta é justa e exequível no contexto do próximo orçamento regional para 2002. Daí a razão pela qual fazemos este requerimento de urgência e de dispensa de exame em Comissão. Isto porquê? Porque de facto é uma matéria já repetida, já foi analisada pela Comissão e faz todo o sentido, no período em que estamos, ser apreciada já neste plenário, tendo em conta que na sessão de Novembro, estaremos a analisar o plano e orçamento.

É útil que este diploma seja discutido e analisado nesta sessão legislativa.

É esta a razão pelo qual nós apresentamos o nosso pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma chamada de atenção que é imposta, nomeadamente pelas considerações tecidas pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Neste momento e nesta fase, não estamos a discutir o mérito da proposta, estamos a discutir única e exclusivamente se esta proposta é discutida e votada neste plenário ou se seguirá os trâmites normais.

É essencial que quer esta Câmara, quer quem nos ouve, tenham exacta consciência disso. O que estamos a votar não é a questão do aumento das pensões.

Em segundo lugar, gostaria de tecer duas considerações, quer sobre a proposta do PP, quer sobre a proposta do PSD e relembrar apenas aqui uma situação que não deixa de ser curiosa: o PSD apresentou primeiro o seu diploma com o seguimento de um procedimento normal; o PP apresentou depois o seu diploma com um pedido de dispensa de urgência em Comissão. Portanto, quando o PSD viu que efectivamente o diploma do PP tinha um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, resolveu pedir também para o seu, o pedido dispensa de exame em comissão e pedido de urgência.

Vamos ver se nos entendemos.

Deputado Victor Cruz (PSD): Porque é que diz isso? Há algum problema?

O Orador: Não há problema nenhum Sr. Deputado Victor Cruz! Agora é sintomático que os Srs. não se entendem, nomeadamente os Srs. do PSD.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Eu não estou dizendo que é combinação. É dentro do vosso partido, que é pior ainda.

Em relação a esta questão, o Grupo Parlamentar do PS entende que, embora esta tenha sido uma matéria que tem sido discutida e abordada por diversas vezes e na sequência de propostas, se introduzem aqui dois ou três pontos, nomeadamente ao nível de fundamentação para a adopção desse tipo de medidas, que importa esclarecer melhor ao nível da Comissão.

Por esse motivo nós votaremos contra esse pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Evidentemente que nós estamos a discutir aqui apenas a questão da urgência e não o mérito ou méritos das propostas, não o valor delas.

Eu não deixo de ter isso em conta nas palavras que irei dizer a seguir, mas também não posso deixar de ter em conta que estamos a discutir uma matéria, um assunto em que se pede urgência e que é do mais alto interesse social e da maior importância.

Evidentemente que a urgência pedida pelos dois partidos, independentemente de quem pediu primeiro ou depois, é uma urgência que tem justificação na medida em que de acordo com as regras regimentais e estatutárias até, haverá todo o interesse em que o assunto esteja resolvido antes do orçamento ser aprovado.

Mas também penso que o assunto não se esgota aqui. Tenho ideia que talvez pelo nosso Regimento, desde que houvesse um entendimento a esse respeito, poderia haver um pedido de urgência, sem dispensa de exame em Comissão, o que faria com que se fizesse o exame em Comissão, esclarecendo-se tudo o quanto haveria para esclarecer, mas com urgência, porque o acordo que tinha que haver era estas propostas subirem antes do orçamento. Penso que era regimentalmente possível e tinha perfeito enquadramento.

Mas também penso que esta mesma matéria tem outras formas de ser resolvida, eventualmente, com estes conteúdos ou com outros, no próprio decreto orçamental, ou seja, o facto destes dois diplomas agora propostos, um pelo PP outro pelo PSD, eventualmente virem – se não for aprovada a urgência – a descer à Comissão e esta cumprir os prazos e, portanto, fazer a apreciação depois do orçamento, não esgota a possibilidade e diria mesmo a necessidade de se encarar o problema da actualização do complemento de pensão por via do decreto orçamental onde a medida correspondente pode ser incluída.

Penso que abordando o problema desta maneira temos aqui um leque de recursos e tem que ficar bem claro que o assunto, independentemente, da votação que for feita daqui a um minuto ou dois, não fica esgotado nem bloqueado. Este problema tem que ser discutido no plano político. Saber o que esta Câmara, a sua maioria, as suas oposições querem fazer em relação deste problema.

Este é que é o problema que iremos discutir na altura própria, seja por via desses diplomas, seja no quadro do decreto orçamental e das eventuais propostas que o Governo apresente ou que as oposições apresentem.

Neste sentido, nós votamos favoravelmente os pedidos de urgência.

Como é sabido, nós temos muito a ver com a criação, porque fomos proponentes do complemento de pensão. Votamos favoravelmente o pedido de urgência, porque isto corresponde àquilo que foi a tramitação que os partidos proponentes agora da alteração imaginaram, mas deixamos já clara a intenção de usarmos as outras possibilidades regimentais de tratar este problema em tempo útil, antes do orçamento fechar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente apenas para esclarecer a razão pela qual nós apresentamos o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A gente já sabe, foi porque o PP apresentou o seu!

O Orador: Não senhor. Devo dizer ao Sr. Deputado que à data que apresentámos o projecto, tínhamos a expectativa dele poder ser analisado em Comissão antes deste Plenário. Não tendo sido, então apresentámos o pedido de urgência para que nos termos legais ele pudesse ser apreciado antes do orçamento e assim poder ter eficácia para o ano económico de 2002.

É esta a razão, meramente técnica, não tem nada de político. É tão simples quanto isto, não percebo a sua surpresa, a não ser que desconheça essa regra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu conheço!

O Orador: Não há aqui qualquer dificuldade, nem qualquer jogo político nem qualquer acordo.

O que está verdadeiramente em causa é a necessidade, como disse e bem, o Deputado Decq Mota, desta votação ser feita de modo a que sendo aprovado qualquer um dos projectos de decreto legislativo, possam ter eficácia para o ano 2002. Das duas uma, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ou de facto ela é votada antes do orçamento ou então há uma alteração ao diploma entretanto em vigor, no próprio orçamento regional, contendo estas pretensões.

Destas duas alternativas uma delas terá de ser escolhida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bolieiro, o Plenário começou ontem, a ordem de trabalhos foi fixada ontem, o PP apresentou a sua proposta hoje e o PSD depois da proposta apresentada pelo PP, é que se lembrou do pedido de urgência.

Faço a leitura que me permitem os factos.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em relação à questão da eficácia prática desta questão ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fica no bolso dos pensionistas Sr. Deputado!

O Orador: ... remeto apenas para aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado José Decq Mota.

O facto desta matéria não ser discutida agora, não inviabiliza de forma alguma a sua abordagem, nomeadamente, aquando da questão do orçamento.

Não é argumento para o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, o facto destes diplomas terem de ser discutidos antes do orçamento. Não é argumento, porque regimentalmente há a possibilidade de tratar esta matéria até em sede de orçamento.

Portanto, penso que ficamos esclarecidos e penso que a nossa posição é clara. Aliás vai de encontro até à primeira posição que os Srs. fundamentaram no vosso processo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cingindo-nos, como desde o início, ao que está em apreciação, gostaríamos apenas de referir o seguinte.

Respeitamos, obviamente a posição do PS, da sua maioria absoluta, de fazer baixar esta matéria à respectiva Comissão, é óbvio. Queria em nome do PP deixar aqui

muito claro que esperamos que essa actuação e essa decisão do PS, se insira numa postura de boa fé e de respeito pelas iniciativas em apreciação.

Isto Sr. Deputado Vasco Cordeiro, por uma razão que me parece – estava aí referido na sua intervenção – perigosa sob esse ponto de vista, se bem que sob o ponto de vista técnico, o Sr. Deputado José Decq Mota nos tenha feito compreender que há várias alternativas para não boicotar ou não prejudicar as iniciativas, porque algumas têm uma determinada dignidade que outras não têm.

Não me parece demasiado correcto remeter tudo para o tratamento em sede de apreciação do orçamento regional, porque sob esse ponto de vista, e salvo melhor opinião, está-se um pouco a desrespeitar as iniciativas próprias nesse domínio, porque pode-se remeter muitas matérias que são aqui abordadas sobre os mais diversos figurinos, documentações, etc., a partir de Março para apreciação do Plano e Orçamento. Isso encaixa até com uma certa filosofia, ou seja, reduzir isso, enfim, a uma grande discussão e tratamento dos assuntos, na rubrica “ano”. Em Outubro e Novembro fazíamos aqui as grandes decisões e aprovávamos o plano e orçamento.

Acho que o espírito de valorização da Nova Autonomia, do Novo Parlamento, tem uma Comissão especializada que se está esforçando para dar outra imagem desta Casa, embora esteja a ser difícil e isto também nos começa a preocupar.

No nosso ponto de vista, acho que se o PS estivesse no nosso lugar, também gostaria – são pessoas que já tiveram neste lugar muitos anos e compreendem o funcionamento desta Casa, tiveram 20 anos perante uma maioria absoluta e nem eu nem ninguém se esqueceu do que os senhores diziam – que essa matéria fosse votada agora.

Portanto, nós, que sempre tivemos deste lado, temos uma moralidade que os Srs. no seu caso já não têm, e é essa diferença de moralidade que nos coloca nesta posição.

Fazemos votos e confiamos que o voto do PS fundamenta-se nos princípios sérios que foram aqui aduzidos e que nós com certeza respeitamos. Estamos disponíveis para discutir essa mesma matéria em sede de Comissão e tal como aconteceu no passado é perfeitamente possível, se quisermos, melhor dizendo, se Vs. Exas. o permitirem, discutirmos e votarmos essa matéria antes do Plano e Orçamento.

Que eu saiba o Orçamento ainda não deu entrada, mas também é possível, nas vésperas da discussão do plano e orçamento, discutir-se essas matérias. Aliás foi assim que aconteceu há um e dois anos atrás e não foi por esse facto que as coisas deixaram de ser feitas.

É essa postura que nós aguardamos que o PS venha a ter em conta, ou seja uma postura que tenha em conta estas nossas preocupações.

Não gostaríamos, com toda a sinceridade, que essas iniciativas tenham o mérito que tiverem, morressem nas mãos do expediente. Também seria inteligente da vossa parte evitar que elas fossem apreciadas e depois no âmbito do orçamento, estivéssemos a fazer alterações.

Quando nós quisermos fazer alterações ao orçamento, propor alterações, temos toda a liberdade para o fazer no sítio próprio. Para isso não necessitávamos de fazer uma iniciativa legislativa.

Temos uma iniciativa legislativa, fazemos votos que o Parlamento dos Açores, sob a responsabilidade do voto maioritário do PS, permita que este assunto seja discutido, aprovado ou rejeitado, antes do Plano e Orçamento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar nota de que subscrevo na íntegra a posição do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. De facto, o que é preciso é ter boa fé.

Reafirmo que a nossa expectativa era de que tendo em conta que o nosso projecto de diploma deu entrada a 11 de Outubro, pudesse já ter descido à Comissão e pudesse ser apresentado e discutido nesta sessão plenária. Por não ter sido assim é que nós apresentámos o pedido de urgência e de dispensa de exame em comissão.

De qualquer modo, o que é preciso é garantir que o processo legislativo decorra de modo a que a sua entrada em vigor, no caso de ser aprovado, lhe dê eficácia em 2002.

Este é o nosso principal objectivo, tão simples e tão claro quanto isto.

Para nós os pensionistas e reformados com pensões de miséria devem ter o aumento de 2.000\$00 em 2002, para além do complemento que já actualmente usufruem.

É este o nosso objectivo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Eu registo o reconhecimento por parte de V. Exa. de que esta é uma discussão em que o PS se apresenta aqui de boa fé, porque se não se apresentasse de boa fé, os Srs. deram-nos o pretexto para resolver a questão já, mas nós entendemos que não.

Portanto, tanto consideramos como séria esta discussão que entendemos que ela deverá ir à Comissão, porque se não estivéssemos de boa fé, o mais fácil de fazer aqui era votar já.

Portanto, não é isso que o PS faz, não é isso que o PS está a fazer.

Queremos abordar esta matéria e em relação àquilo que concretamente agora se está a discutir, existem aspectos aqui que entendemos que devem ser abordados em comissão.

Penso que isto esclarece mais uma vez a posição do Grupo Parlamentar do PS, relativamente a esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais intervenções.

Vamos então votar.

Vamos começar por fazer a votação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, apresentado pelo CDS/PP.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 27 votos contra do PS.

Presidente: Passemos agora à votação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 27 votos contra do PS.

Presidente: Passemos ao ponto 6 da nossa ordem de trabalhos – **Proposta de Resolução que “recomenda ao Governo Regional a adopção de medidas promotoras de qualidade do Sistema Educativo Regional”**, apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considerando a pertinência e validade das medidas inclusas na Proposta de Resolução que “recomenda ao Governo Regional a adopção de medidas promotoras de qualidade do Sistema Educativo Regional”;

Considerando que muitas das propostas apresentadas há um mês pelo PSD, são coincidentes com as formuladas e incluídas no caderno reivindicativo, a semana passada elaborado pelo Sindicato de Professores da Região Açores;

Considerando que o Governo Regional deu sinais de se querer comprometer com a aplicação de algumas das referidas medidas;

Considerando que a própria classe docente também concedeu mais algum tempo ao Governo Regional, para comprovar a sua boa fé e determinação neste assunto;

Considerando que a complexidade e importância destas matérias estruturantes do sistema educativo regional, pode beneficiar pelo aprofundamento do seu debate em sede de comissão;

Considerando também que nesse processo de análise podem e devem participar outras entidades da comunidade educativa.

Nos termos regimentais o PSD requer que esta Proposta de Resolução baixe à Comissão Permanente de Assuntos Sociais.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): De manhã o Sr. Deputado Joaquim Machado reclama melhores condições e do lado da tarde retira a proposta?

Presidente: Não há inscrições na Mesa.

Secretário: O PSD pediu que baixasse à Comissão.

Presidente: Peço imensa desculpa, eu estava aqui a resolver outro problema.

Portanto o PSD propõe que baixe à Comissão.

Vamos votar este requerimento do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam que esta proposta baixe à Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 27 votos contra do PS.

Presidente: Portanto foi rejeitada a Proposta de baixa à Comissão. A proposta de resolução está em cima da mesa.

Está inscrito o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabámos de assistir a uma atitude política profundamente precipitada e incorrecta...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Legítima!

O Orador: Legítima, com certeza Sr. Deputado Dionísio Sousa. Não é isso que está em questão, mas tenho o direito de analisar como entender.

...que contraria grande parte da doutrina defendida pelo Sr. Deputado Francisco Sousa hoje de manhã e pelo Sr. Secretário Álamo Meneses.

Aquilo que o Grupo Parlamentar do PSD aqui requer, que é a baixa à Comissão, está em conformidade com a evolução da situação.

Eu não sou do PSD, mas não me custa nada dizer isto. O PSD apresentou esta proposta há um mês. Entretanto há evolução, há uma posição por parte dos docentes diferente, há uma posição que levou a uma reunião com o Sr. Secretário, reunião essa da qual resultou um compromisso e o partido proponente requer a baixa à Comissão a aguardar a evolução, confiando obviamente nas declarações que o Sr. Secretário hoje de manhã aqui fez, confiando nos compromissos que o Sr. Deputado Francisco Sousa aqui, de algum modo, foi assumindo.

O Grupo Parlamentar do PS dando efectivamente um violento abanão na normalidade de um trabalho político-parlamentar, toma uma atitude precipitadíssima. Poderia ter reflectido um pouco, poderia ter solicitado um intervalo.

Fomos apanhados de surpresa pela proposta, é certo, mas criou-se uma situação extremamente complicada.

Nós, pela nossa parte, em relação a esta proposta, vamos reflectir – e se calhar vamos pedir um intervalo – a atitude política a ter em função dela, porque a análise que dela fazemos, não nos podemos separar da evolução e do problema que a situação teve, dos documentos que o Sr. Secretário distribuiu hoje de manhã e de todo um conjunto novo de situações.

Portanto, o PS ao pretender consumir esta discussão aqui está a negar um aspecto essencial, que é a perspectiva de acompanhamento da Assembleia em relação a um problema que está em evolução.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Mas não se esgota aqui!

O Orador: Eu sei que não se esgota aqui, mas o que se esgotou aqui foi um sinal de diálogo que o Governo hoje de manhã me deu e que os Srs. agora contrariaram...

Deputada Berta Cabral (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... e contrariaram muito fortemente.

Portanto, não podia deixar de registar esta posição, porque isto passou-se com o Grupo parlamentar do PSD, mas poderia ter-se passado com qualquer outro. Estamos a falar do desenvolvimento dum projecto político que hoje de manhã parecia estar encaminhado numa maneira e agora os Srs., impensada e instantaneamente, deixaram vir ao de cima uma visão muito restritiva do procedimento político.

Nos termos regimentais eu solicitava um intervalo para reflectirmos sobre esta situação.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Enterraram-se com o peso da maioria.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Isso não é uma declaração de voto!

Deputada Berta Cabral (PSD): É igual a rasgar papel, Sr. Deputado Dionísio! Precipitação!

Presidente: Está concedido, é regimental. Vamos suspender os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 16 horas e 45 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 35 minutos)

Portanto como se recordam estávamos a debater a Proposta de Resolução, que se mantém em parte nesta Assembleia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos há instantes a uma das muitas contradições que com frequência o PS comete.

Há um mês, o PSD quando apresentou esta Proposta de Resolução, fê-lo com sentido de responsabilidade de um partido que é da oposição, que aponta o dedo, mas que também aponta caminhos.

A confirmar a validade das nossas propostas, a sua consonância com aquilo que é o sentimento da comunidade educativa, algumas das medidas por nós apontadas foram acolhidas por vários parceiros sociais da área da educação, outras foram objecto de justificação da Secretaria Regional da Educação como tendo já sido iniciadas e outras não podem ser aprofundadas por razões várias. A quase todas as nossas propostas foi respondendo o ainda Secretário Regional da Educação,...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Diz o ainda Deputado!

(Risos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... de que elas tinham mérito.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): O eterno Deputado Joaquim Machado ainda estará aqui!

O Orador: Sr. Secretário Regional da Educação eu já estive noutros sítios, estou aqui e não ficarei aqui a arrastar-me como alguns que estão na bancada do partido

que o apoia. O senhor se está aí, também já esteve sentado nestas bancadas, por coincidência ou por curiosidade até na do partido diferente.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Estive 3 dias!

Deputado João Cunha (*PSD*): Não esteve mais dias, porque não o deixaram!

O Orador: Portanto, o estar ou não na política tem esta dinâmica. Há aqueles que fazem esta dinâmica sempre dentro duma certa coerência, há outros que variam mais. Estamos conversados. Já percebi que o assunto não lhe agrada muito.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Podemos voltar a ele!

O Orador: Eu não quero crer que seja por essa razão que o Sr. vai sair do Governo. É uma convicção minha e digo-lhe com sinceridade que não deve ser por esse seu passado que agora sairá muito rapidamente.

Eu ia dizendo que, de facto, muitas das nossas propostas foram...

(Apartes inaudíveis dos Deputados das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Srs. Deputados, deixem o Sr. Deputado concluir a sua intervenção, se fazem favor.

O Orador:... consideradas meritórias na análise que foi feita em Comissão. Muitas correspondem ao compromisso que o senhor terá assumido com os sindicatos.

Nós entendemos que a validade das nossas propostas podem efectivamente contribuir para a qualidade do sistema educativo regional. Mas houve aqui uma evolução da qual esta Assembleia não se pode alhear e essa evolução tem entre outros contornos os seguintes:

Em primeiro lugar, um prazo para o Governo dar provas da sua boa fé, do seu empenhamento, da sua determinação na execução de algumas das medidas que nós propusemos.

Em segundo, a boa fé que nos pareceu revelar o Sr. Secretário Regional da Educação, nas intervenções que aqui fez durante a manhã e também algumas das intervenções da bancada do PS, sobre esta matéria.

Daí que nós tenhamos feito a proposta de baixar esta matéria à Comissão correspondente para ser aprofundada a sua análise, para se fazer o acompanhamento da evolução, também deste ultimato mais alargado que foi dado pelos Sindicatos, até ao fim deste ano, isto é, até ao fim do primeiro período do ano lectivo, e esta foi a nossa proposta, com boa fé, com boa intenção, que não apanhou efectivamente de surpresa a bancada do PS porque ela foi comunicada previamente, mas que teve a resposta impensada – como já aqui foi dito – e contraditória relativamente ao que durante a manhã aqui nos foi dito.

Portanto, não será pelo facto de regimentalmente a maioria musculada ter decidido que esta matéria não deveria continuar em análise por parte deste Parlamento, que isso irá acontecer.

Este assunto vai voltar.

Nós vamos acompanhar a sua evolução, vamos ponderar a apresentação destas e de outras propostas quando também a comunidade educativa fizer a evolução da situação que tomou um rumo diferente a partir de ontem.

Não é por terem impedido o abaixamento à comissão que isso se deixará de fazer, porque o PSD também toma a iniciativa de retirar este diploma para trazê-lo oportunamente à discussão.

Deputada Berta Cabral (PSD): *Muito bem!*

Presidente: O Grupo Parlamentar do PSD, retira a Proposta.

(Apartes inaudíveis entre as diversas bancadas)

Srs. Deputados, passemos então ao ponto seguinte da ordem de trabalhos que é a **Proposta de Resolução que “recomenda ao Governo Regional a classificação do Coliseu Micaelense como imóvel de interesse público”**.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Coliseu Micaelense foi construído e inaugurado em plena grande guerra, com a força de capitais privados e sobretudo com a determinação de contrariar o ambiente de receio e de contenção do investimento próprio dos momentos de crise.

Na sua construção foram utilizadas as mais modernas soluções arquitectónicas e tecnológicas da época, que fizeram daquele imóvel um espaço singular no contexto das ilhas.

Essa singularidade todavia não se cingiu ao edifício, antes se notariou no dinamismo cultural das actividades que ali decorreram, do cinema mudo, do cinema depois sonoro, do teatro, da revista, da ópera e até do circo, sem esquecer também, é preciso dizê-lo, os afamados bailes de Carnaval do Coliseu que marcaram muitas gerações e até projectaram os Açores além fronteiras.

Por coincidência, novamente quando se faziam sentir os efeitos de um outro conflito à escala mundial, iniciaram-se ali obras de remodelação que muito acrescentaram ao valor patrimonial do Coliseu Micaelense.

Dois dos mais distintos artistas plásticos açorianos, Canto da Maia e Domingos Rebelo, deixaram ali a sua impressão digital, tanto no baixo relevo poscénio, como no pano de boca de cena, duas obras de arte que se degradam a olhos vistos sem que alguém as tente salvar.

Por entendermos que a protecção de interesse histórico e artístico que dão forma à nossa matriz cultural é um acto de memória para com o passado e de cidadania com perspectivas de futuro, apresentamos esta proposta de resolução que recomenda a classificação do Coliseu Micaelense como imóvel de interesse público, porque é preciso proteger e incentivar a sua protecção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A matéria que estamos a apreciar que vem de encontro a algum esforço no sentido da preservação do edifício do Coliseu Micaelense, é matéria que desde há muito nos preocupa.

Valerá a pena recordar aqui alguns aspectos sobre essa matéria.

Em Novembro de 1986, o então vogal da CDU na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, o Engenheiro Mário Abrantes propôs que se procurasse prover o orçamento para o ano seguinte de verba capaz de poder iniciar contactos com os proprietários do Coliseu para que a autarquia de Ponta Delgada pudesse vir a ser proprietária do Coliseu Micaelense, porque adivinhava-se que poderia estar em causa a degradação daquele edifício.

Nessa altura afirmava na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, o representante da CDU, e cito "o encerramento do Coliseu constitui uma perda inestimável para a cidade, condenando à degradação um espaço patrimonial muito importante".

Esta proposta não foi aprovada na altura, embora seja significativo que tenha tido duas pessoas que votaram a favor, além do proponente, e tenha tido 6 abstenções no resultado dessa votação, ou seja, já nessa altura havia mais pessoas além do vogal da CDU a pensarem no problema que seria a degradação do Coliseu Micaelense.

Os anos entretanto passaram. Todos nós conhecemos que muitos responsáveis políticos têm falado na possível aquisição do Coliseu Micaelense, no entanto, a realidade continua a ser hoje exactamente igual àquela que era há alguns anos, igual àquela que era há uma dúzia de anos.

É por isso que nós estamos perfeitamente em sintonia com as preocupações que esta Proposta de Resolução encerra nos seus pressupostos, porque efectivamente continuamos a pensar que é fundamental a preservação daquele edifício, a sua melhoria em termos de recuperação do que é necessário e que a sua simbologia possa continuar a manter-se hoje, como no passado e para o futuro.

No relatório da Comissão o Sr. Secretário afirmou que o Governo Regional não é dono do Coliseu. Evidentemente que todos nós o sabemos. Agora pensamos que qualquer edifício que tenha necessidade, que tenha importância, que tenha valor para ser classificado, pode e deve ser classificado, independentemente de quem são ou deixam de ser os seus proprietários.

Por essa Região fora temos muitos e muitos edifícios que não são propriedade da Região e que são edifícios classificados, porque é fundamental que o imóvel seja de facto considerado de interesse público, para se evitar que possa haver qualquer

atropelo àquilo que ele efectivamente é hoje e no sentido inclusive de poder haver uma recuperação nas devidas condições.

Por isso mesmo entendemos que é importante e que é necessário neste momento recomendar ao Governo Regional que este imóvel seja considerado de interesse público e é por isso que os deputados do PCP vão votar favoravelmente esta Proposta de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultural (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde há alguns anos, esta matéria tem vindo a ser analisada por parte do Governo Regional, no sentido de se encontrar um conjunto de soluções que permitam quer a recuperação daquele imóvel, quer uma intervenção de valorização do quarteirão que ele se insere e toda aquela zona da cidade de Ponta Delgada.

Esta intenção está ligada também ao processo de desactivação do antigo hospital da cidade de Ponta Delgada e tem sido considerada como uma das áreas em que o Governo Regional, em parceria com as entidades que são proprietárias dos diversos imóveis existentes, com particular destaque para a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, precisa de encontrar soluções globais para resolver toda aquela situação de um conjunto de imóveis situados numa das zonas mais nobres da cidade, que se encontram em avançado estado de degradação.

Entre esses imóveis inclui-se o Coliseu. O Coliseu é, de facto, um dos imóveis com maior interesse quer do ponto de vista arquitectónico, quer do ponto de vista do seu passado e da sua participação na história cultural desta Região. Tem um interesse que não é apenas da cidade de Ponta Delgada, é um interesse regional e esse interesse tem obviamente que ser considerado e será considerado.

Acontece que a classificação do imóvel em si não traz neste momento qualquer vantagem para aquilo que será feito em termos de futuro para aquela zona, garantido que está que o imóvel não sofrerá qualquer intervenção que seja de alguma forma descaracterizadora das suas características arquitectónicas, nem do valioso património de que ele é detentor.

Essa garantia está dada, e está dada por acordo entre o Governo Regional e a entidade que é proprietária da maioria do capital social da empresa detentora, por isso neste momento o Governo Regional não vê qualquer interesse em proceder à classificação do imóvel.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para manifestar a posição do PS sobre esta matéria, que foi expressa na Comissão e se encontra expressa no relatório, sobre esta Proposta de Resolução.

Efectivamente nós estamos em sintonia nesta matéria com aquilo que acabou de dizer o Governo.

Consideramos que é importante a recuperação e a utilização inclusivamente de aquela parte da cidade de Ponta Delgada. Há ali uma parceria que tem que ser feita entre entidades como a Câmara Municipal de Ponta Delgada, o Governo Regional, a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Para nós é importante que se recupere aquela zona, é importante a manutenção do Coliseu. Todavia, consideramos que não é imprescindível a sua qualificação para que se possa manter e melhorar a qualidade daquela parte da cidade.

Portanto, acho que neste momento há vários edifícios classificados ali à volta que obrigam a uma protecção daquela zona, por isso vamos votar contra esta proposta de resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP vai com certeza votar a favor desta proposta.

Entendemos que mesmo na dúvida, "se mal não vem ao mundo" – e na dúvida, será que traz algum bem ao mundo?! – nós optamos pela aprovação, porque tem pelo menos esse sentido de alertar para o estado de degradação em que se encontra o imóvel.

Que toda a verdade seja dita: aprovamos e partilhamos da opinião que o Governo tem sobre essa matéria, de que tem que ser uma solução para toda aquela zona e não só em relação ao imóvel, mas o PSD hoje apresenta isto, a dois meses das eleições, com carácter eleitoralista, quando é verdade que a própria Câmara Municipal que é do PSD, nunca quis a classificação do mesmo imóvel.

A Câmara sempre remeteu para estudos que deveriam ser feitos e é o mesmo PSD que está na Câmara que agora propõe isto mesmo, o que se calhar quer significar que podem ficar algumas dúvidas que se a Câmara do futuro for da mesma cor ou não, os cidadãos ficam com a certeza que parece que estas coisas só são lembradas nas vésperas das eleições.

Se o PSD queria fazer esta Proposta – o Sr. Presidente da Câmara continua a ser militante do vosso partido e são as entidades públicas que têm mais essa missão de serem elas próprias a dizer o que é que é melhor para a sua própria terra e que se saiba a Câmara não parou – existe uma Câmara Municipal eleita e ela deveria também ter agido dessa forma. O facto é que parecem dois partidos. Mas não obstante de tudo isso, quando uma ideia parece ter algum fundamento, nós aqui estamos para a apoiar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por fazer uma pequena correcção, que por ser pequena não deixa de ser importante para um bom entendimento nesta matéria.

Não é verdade que esta proposta do PSD aparece dois meses antes das eleições. Esta proposta deu entrada neste Parlamento no dia 21 de Junho.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Em plena campanha!

O Orador: Portanto, não foi em cima das eleições, mas devo dizer que as eleições não devem inibir nenhum de nós, nem nenhum partido, de apresentar medidas e propostas quando elas vierem a ser boas e corresponderem a um sentimento generalizado junto da maioria da população.

Deputado Paulo Gusmão (PP): A Câmara não é do CDS!

O Orador: Neste caso concreto, não é apenas uma parte da população de Ponta Delgada — e atrevo-me a dizer de São Miguel — que concorda com esta nossa proposta. A esmagadora maioria dos micalenses revêem-se nesta proposta de classificação do Coliseu como imóvel de interesse público.

Deputado Paulo Gusmão (PP): E o Sr. Presidente da Câmara?

O Orador: Espero que o vogal do CDS/PP, na Assembleia Municipal, que nunca lá aparece, quando tiver oportunidade de comparecer, subscreva a nossa proposta, ou então o senhor que volte lá, porque foi eleito, embora tenha renunciado esse mandato.

Sr. Deputado Paulo Gusmão, sobre esta matéria e sobre o interesse dos vários partidos em relação a ela, estamos conversados.

Esta matéria não fica ao nível da discussão partidária. Ela interessa a todos os micalenses...

Deputado José San-Bento (PS): A todos os açorianos!

O Orador: ... que têm suscitado vários debates públicos, quer na sua forma mais tradicional, quer através do recurso às novas tecnologias, através de um fórum num dos sites mais visitados com origem na Região. Esta matéria tem grande interesse.

O que nós criticamos é que há aqui uma certa disfunção entre o discurso e os actos. “A bota não joga com a perdigota!”

Nós ouvimos o Sr. Secretário Regional da Educação dizer que o Coliseu é muito importante, que é preciso preservar, mas não dá uma só razão para justificar o inconveniente desta recomendação ser aprovada, isto é, do Coliseu ser imediatamente classificado como imóvel de interesse público.

Eu não duvido das propostas do Sr. Secretário Regional da Educação — se repararam, desta vez, eu não disse o ainda —...

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Eu já estou habituado ao título, já me sinto mal!

O Orador: ... para todo aquele quarteirão onde se integra também o Coliseu Micaelense, mas se a minha memória não me traiçoa, e se eu for traído é porque já foi há muito tempo, em Dezembro de 1997, vai fazer agora 4 anos, na Feira de Actividades Económicas de Ponta Delgada, o anterior Governo Regional — o tal

que foi o melhor de sempre, este deve ser o segundo melhor de sempre, porque é pior do que o anterior — ...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Nós somos como o vinho do Porto!

O Orador: Não, são exactamente o contrário, pioram com o tempo!

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Olhe que não!

O Orador: ... apresentou uma maqueta de intervenção nas instalações do antigo Hospital de Ponta Delgada.

Passados 4 anos, nem a maqueta se desenvolveu para uma escala superior, nem foi feita nenhuma intervenção.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Está a desenvolver-se!

O Orador: O Centro de Congressos de Ponta Delgada continua a não existir e o centro de exposições não passa do papel. Presumo que o destino que querem dar ao Coliseu será o mesmo, apesar das boas intenções.

Sr. Secretário, se é muito importante classificar, preservar e recuperar o Coliseu, por que razão ele não pode ser classificado? Acaso o Coliseu tem menos dignidade do que a casa do Castelhana que foi classificada em Outubro?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Tem muito mais!

O Orador: Acaso o Coliseu tem menos importância do que a Ermida de Nossa Senhora do Carmo, da Lagoa, classificada em Junho?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Tem muita mais dignidade que o Coliseu!

O Orador: Acaso o Coliseu tem menos dignidade do que a casa dos Limas, na Areia Larga, no Pico? Também a classificou em Junho deste ano.

Acaso o Coliseu tem menos dignidade do que o Convento dos Frades na Lagoa?

Tem menos dignidade do que a Capela de Nossa Senhora das Vitórias, na Lagoa das Furnas, que é sensivelmente da mesma data?

Acaso tem menos interesse...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Faça a pergunta ao contrário!

O Orador: ... do que a Fábrica da Baleia nas Lajes do Pico?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Tem mais!

O Orador: Por acaso o Coliseu, Sr. Secretário, tem menos dignidade do que um moinho de vento no lugar da Beira, em São Jorge?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Não são objectos comparáveis!

O Orador: Pois é, não são comparáveis e eu até digo que o Coliseu não tem nem menos nem mais, é diferente, faz parte da matriz cultural de São Miguel. Como tal deve ser classificado imediatamente.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*):

Será classificado!

O Orador: Enquanto não apontar uma razão (só uma!) que torne inconveniente essa classificação, eu vou sempre presumir que só não classifica o Coliseu Micaelense, porque a proposta partiu do PSD.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Então presuma!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na altura em que eu pedi a palavra — convém dizer, porque talvez o Sr. Presidente não viu — era para pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário.

Portanto, ao abrigo do artigo 105º deveria ter-me concedido a palavra na altura, até porque nestas coisas, estes esclarecimentos, parlamentarmente, enriquecem o debate.

No entanto, o Sr. Presidente não se apercebeu da minha intenção, o que eu compreendo também, e por isso mesmo em vez de ser apenas um pedido de esclarecimento, vou fazer também algumas considerações.

Vou começar pelo pedido de esclarecimento que a intervenção do Sr. Secretário suscitou.

O Sr. Secretário diz que a classificação não traz nenhuma vantagem. O senhor entende que a classificação traz alguma desvantagem?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu penso que é importante sabermos isso para podermos tirar conclusões.

Por outro lado, o Sr. Deputado do PSD falou na dignidade dos diversos edifícios.

Eu penso que também é importante saber-se, porque o Sr. Secretário, em aparte, disse que não são comparáveis os diversos edifícios citados, se entende ou não que o Coliseu Micaelense tem dignidade para ser classificado. É importante sabermos para tirarmos conclusões.

Em nosso entender, e que isto fique claro, o Coliseu tem dignidade e tem um passado cultural para a cidade de Ponta Delgada, para a Ilha de São Miguel e para a Região Autónoma dos Açores, que lhe dá o valor suficiente e mais que suficiente para ser edifício classificado.

Por outro lado, na nossa opinião, há uma grande vantagem, porque por estes dias ouvimos referências a um edifício que não deveria ser destruído e lamentavelmente foi, segundo diz a comunicação social

Eu penso que aqui temos o dever de legislar para que se impeçam que sejam cometidos atropelos ao património por toda a Região e isso passa pela classificação dos edifícios e passa pela existência de documentos legais que impeçam a destruição dos mesmos.

É por isso que estou a colocar estas questões e é por isso que estou a dar estas opiniões.

Entendemos que tudo tem que ser feito no sentido daquele edifício ser classificado para se impedir que possam existir atropelos em relação a esse património que é importante para esta Região.

Eu estou plenamente de acordo com aquilo que afirmou o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Eu referi há pouco na minha intervenção que esta é uma preocupação que vem desde 1986 e nós temos apresentado essa preocupação no local próprio, ou seja, na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, o espaço institucional que nós participamos.

Desde essa altura até hoje, passaram-se 15 anos, apesar do PSD ter gerido a Câmara de Ponta Delgada, não teve qualquer preocupação em relação a essa matéria, bem pelo contrário, de anos a anos, aparece um responsável a dizer que o Coliseu é muito importante.

Por outro lado, o Partido Socialista que nos últimos tempos tem afirmado que é muito importante, neste momento e perante a Assembleia, parece ter alguma preocupação em não classificar o Coliseu. Em que é que ficamos?

Os senhores não querem classificar o Coliseu porque não querem, ou não querem classificar o Coliseu porque entendem que ele não tem a dignidade para ser classificado?

Eu penso que é importante que este assunto seja devidamente analisado e seja devidamente esclarecido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Apenas para lhe dar um pequeno esclarecimento a uma referência pessoal que me fez a propósito da Assembleia Municipal.

Eu gostava de dizer que cumpri o meu mandato da mesma forma como o pedi às pessoas que me elegeram à Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Não sei se o senhor é uma pessoa atenta a estas coisas, mas nas eleições costuma a haver os partidos candidatos, depois há uns manifestos, umas coisas que se põem em casa das pessoas, e aí os candidatos assumem mais ou menos um certo compromisso com o eleitorado, prometendo fazer isto ou aquilo, ou fazer assim ou assado, pedindo desculpa pela linguagem.

Se estiver atento a isso, vai ver no manifesto dessa altura, que o CDS/PP entendeu, uma vez que só tinha a possibilidade de eleger um mandato à Assembleia Municipal, fazê-lo de forma rotativa.

Deve-se lembrar que lá estive sem faltar a uma única reunião, no mandato que me tocou, durante um ano. Aliás, de outra forma não poderia ser porque – estas coisas às vezes costumam a dizer – o senhor compreenderá que nós temos outras tarefas, compreenderá que aqui neste meu modesto partido, temos que justificar voto a voto,

compreenderá que aqui não somos indicados pela quota de A, B ou C, entenderá que aqui é com força, com trabalho, com garra, pessoa a pessoa, que estou aqui com 5.234 votos trabalhando e não porque alguém me indicou para aqui estar.

Por isso mesmo, se quiseram meter-se nesta matéria, se é para falar em mandados, eu desafio os senhores a dizerem se o Dr. Manuel Arruda, no caso do círculo eleitoral de São Miguel, com base no qual tem legitimidade de estar aqui, quando acabar o seu mandato, vai estar aqui ou – assim como não disse nada nos tais papelinhos de porta – vai para casa e os senhores é que apanharam o mandato?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em resposta às questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, gostava de dizer que o Coliseu Micaelense tem todas as condições para ser classificado como imóvel de interesse público e se calhar mais do que isso. É essa a questão que tem que ser estudada e debatida.

No Decreto Legislativo Regional de 79, existe ainda um conjunto de categorias em vigor, mas já está em vias de elaboração, face à Lei de Bases da Cultura, uma nova proposta de decreto legislativo regional que irá substituir essas categorias pelas novas designações, ou melhor, adequar essas categorias às novas designações que a nova lei vem criar.

O que é preciso saber é como é que vamos classificar o Coliseu. Não é que ele não tenha merecimento. Ele tem muito mais merecimento. Eu não sou especialista nisso e não fui capaz de identificar todos os imóveis que o Sr. Deputado Joaquim Machado aqui citou, mas aqueles que eu consegui identificar, com certeza que eram todos imóveis com merecimento muito inferior àquele que o Coliseu tem, embora não possa dizer em relação a todos, porque alguns não sei quais são.

Aquilo que eu gostaria de dizer em relação a esta matéria é que o Coliseu deve ser classificado dentro de um conjunto de classificações que têm a ver com o lugar com que se encontra. Ele já está próximo de 3 outros imóveis classificados. Esses 3 outros imóveis classificados devem constituir um sítio classificado. É preciso repensar a classificação da zona histórica da cidade de Ponta Delgada. Infelizmente

esta é uma matéria que devia ter sido preocupação – e disse muito bem o Sr. Deputado – da Câmara Municipal de Ponta Delgada, mas nunca o foi.

Aqui na Horta, em Angra e na Ribeira Grande, as Câmaras Municipais assumiram a recuperação dos respectivos teatros municipais, das respectivas salas que têm alguma semelhança e que tiveram no passado, em diferente escala, face também à diferente escala das cidades que eu referi, um papel semelhante àquele que teve esse imóvel. Essas Câmaras assumiram esse papel e hoje nós temos esses edifícios recuperados. Só é pena que a Câmara de Ponta Delgada nunca tenha olhado com olhos de ver para o Coliseu e nunca tenha chegado a um entendimento com a entidade que é proprietária daquele imóvel, fazendo o que outras Câmaras Municipais têm feito.

De facto, esse teria sido o melhor caminho. Não foi por razões que, obviamente, não são do Governo.

Da parte Governo, aquilo que eu posso assegurar ao Sr. Deputado Paulo Valadão, é que nós consideramos aquele imóvel como um dos mais importantes da Região. Ele será classificado, integrado num sítio, ou classificado individualmente, em função daquilo que está a ser estudado e analisado.

Também lhe posso garantir que da parte do Governo e até porque entrou em acordo com uma fundação que é detentora da maioria do capital daquela entidade que é proprietária daquele imóvel, acordo esse que teve a ver com a situação do Teatro Micaelense, há a garantia absoluta de que o imóvel não será objecto de qualquer intervenção que de alguma forma venha a prejudicar em termos da sua valia cultural. Ele será – e está sendo preparado – objecto de uma intervenção que o valorizará como parte de um conjunto.

Esse conjunto e toda a parte histórica da cidade de Ponta Delgada poderão vir a ser classificados e isso também depende de algo que também será feito nesta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Dispõe de 3 minutos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Certamente não terei necessidade de utilizar todo esse tempo porque todos nós já percebemos, e o Sr. Secretário acabou por repetir, que o Coliseu tem condições para ser classificado, mas teimosamente, o Partido Socialista e o Governo Regional não o classificam, porque a proposta vem do PSD. Esta é a síntese da discussão que aqui fizemos.

Sr. Secretário, o senhor não sabe da importância e da validade daqueles imóveis que eu aqui referi?! Pois então o problema é exactamente esse, é o senhor não saber muito daquilo que compete à sua Secretaria.

Sobre estes imóveis o senhor devia saber, porque todos eles foram classificados este ano, em conselho de Governo, suponho eu, por proposta da sua Secretaria.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação da Proposta de Resolução apresentada pelo PSD, relativa à classificação do Coliseu Micaelense como imóvel de interesse público.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 27 votos contra do PS.

Presidente: Passemos ao ponto 8 da nossa ordem de trabalhos – **Petição da população corvina sobre “implementação do ensino secundário recorrente no Corvo”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Congratulo-me pelo facto da iniciativa que os alunos da Escola Básica Mouzinho da Silveira trouxeram a esta Casa estar no bom caminho, embora um pouco tarde por parte do Governo, mas esperamos que chegue ao fim.

É um direito dos corvinos.

“Mais vale tarde do que nunca!”

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Óscar Rocha.

Deputado Óscar Rocha (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está de acordo com a existência do ensino secundário recorrente na Ilha do Corvo.

Todavia, entende não ser este o momento oportuno para o seu lançamento, porque está em discussão pública o novo projecto para o ensino secundário recorrente.

Logo que a nova lei seja publicada, será criado o agora proposto ensino secundário recorrente no Corvo.

Salientava também que este tipo de ensino não é o mais adequado para os alunos que, após o secundário, queiram seguir estudos superiores. É essencialmente destinado a adultos ou a jovens que pretendam apenas concluir o 12º ano.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que o assunto que aqui está em análise, ou seja, o ensino secundário no Corvo, mereceu o competente parecer da comissão e há condições, em nosso entender, para que o ensino recorrente seja implementado, num futuro breve, naquela ilha.

De qualquer maneira, julgamos que esta é matéria que vai ter que continuar a ser preocupação de todos os responsáveis da Região Autónoma dos Açores, na medida em que de modo nenhum podemos voltar a situações do passado onde, apesar do ensino obrigatório ir até ao 10º ano, na Ilha Corvo não existia ensino público obrigatório.

Anuncia-se, e estamos convencidos que não será por muitos anos, que o ensino será obrigatório para além do 10º ano.

Nessa altura, é evidente que a Administração Regional tem que estar preparada para que em todas as ilhas, incluindo mesmo a Ilha do Corvo, exista os mesmos direitos por parte dos jovens que existe em qualquer outra parcela do arquipélago, independentemente da pequenez em número de pessoas ou do número elevado de pessoas que cada uma das ilhas ou cada uma das Regiões tenha.

Se a nível regional uma das nossas características que nos leva a ter determinadas prerrogativas perante o país e perante a União Europeia é exactamente a nossa dimensão, pensamos que internamente todos nós temos que compreender que todas as ilhas têm que ser respeitadas de acordo com os seus direitos, independentemente da população que tem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Assembleia conhece cabalmente as posições do Grupo Parlamentar do Partido Popular relativamente a essa matéria que respeita ao ensino na Ilha o Corvo.

Importa realçar que a respeito dessa petição, o Partido Popular, desde a primeira hora, entende que a Ilha do Corvo, como foi aqui dito pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, não pode deixar de ter um tratamento, sob esse ponto de vista, semelhante às restantes ilhas da Região Autónoma dos Açores.

Temos consciência das condicionantes que resultam da pequenez da ilha.

Na última Legislatura, o Partido Popular defendeu, nesta Assembleia, que havia que ter coragem de responder ao legítimo desejo e ensejo da população, nomeadamente da juventude do Corvo.

Aliás, relembrando aqui um processo histórico, a alguns anos atrás, na defesa do ideal pedagógico, condenou-se a implementação do 12º ano em ilhas, em concelhos que hoje, felizmente, proporcionam aos seus jovens a formação completa na área do secundário e do 3º ciclo, embora com limitações que decorrem das dimensões respectivas. Foi sempre com base nesse argumento de que algumas das verdades pedagógicas que aqui eram defendidas não deixavam de ser sempre verdades relativas que a prática, a evolução, o progresso e a ambição na área do ensino na Região Autónoma dos Açores veio exactamente demonstrar o contrário.

Essa realidade que hoje se vive em concelhos de pequena dimensão da nossa Região Autónoma, algum dia chegará à ilha do Corvo. Nós mantemos esse desejo, essa aposta, e eu diria, essa exigência de que o 12º ano normal seja leccionado na ilha do Corvo e será.

Quanto a essa petição que diz respeito ao ensino recorrente, nós partilhamos das observações que já foram aqui citadas e que constam do respectivo relatório presente nesta Assembleia.

Efectivamente, a circunstância de haver, segundo aqui se diz, 30 interessados, é de uma relevância e de uma força que justifica uma solução precária, mas que será de grande utilidade para os jovens da ilha do Corvo.

Nessa perspectiva, com o nosso apoio e voto favorável a essa situação precária e transitória, nunca se perca de vista a necessidade da solução definitiva que essa sim, para as futuras gerações do Corvo, será a implementação do 12º ano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, começaria por dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, há vários anos, acompanhou a implementação do ensino secundário em várias ilhas.

Começámos em Santa Maria, há alguns anos atrás.

O Grupo Parlamentar do PS, nessa altura, foi a Santa Maria e reuniu com as pessoas. Fez um levantamento dos jovens e dos adultos que pretendiam fazer o ensino secundário e o que aconteceu, de facto, foi que se criou, não o ensino secundário recorrente, mas o ensino secundário normal em Santa Maria.

A verdade é que no ano lectivo em que o ensino secundário começou em Santa Maria, o grupo docente que nos meses de Janeiro e de Fevereiro garantia que estaria em Setembro seguinte em Santa Maria, já não estava e com muita dificuldade arrancou o ensino secundário normal com carências do grupo docente, na altura.

Anos depois, foi a Graciosa.

A Graciosa teve uma experiência diferente. Arrancou, como hoje se está a propor para o Corvo, com o ensino secundário liceal nocturno e depois evoluiu para o ensino secundário normal.

Julgo que este é um percurso que se deve seguir para o Corvo.

Não é uma situação precária, como acabou de dizer o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Não é uma situação transitória, porque o ensino recorrente existe hoje,

nessas mesmas escolas, desde o momento em que foi criado. É uma situação definitiva em qualquer escola que queira ter ensino recorrente e tenha condições para o ter.

Neste caso, a leitura que faço em relação à informação do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro é que esta não é uma situação precária, nem transitória, é, na minha perspectiva até muito pessoal, uma situação evolutiva, porque a experiência que temos das ilhas mais pequenas onde se começou efectivamente pelo ensino recorrente ou pelo antigo ensino liceal nocturno, é de que foi mais produtivo para os alunos.

É também uma preocupação minha que os jovens que estão no Corvo e que querem prosseguir um curso normal de ensino para acesso ao ensino superior, devem fazer o ensino normal.

Este ensino está vocacionado para outro tipo de situações, sobretudo para quem já está no mundo laboral. Por isso julgo que é de apoiar esta posição de professores, alunos e da população do Corvo.

A Comissão teve o cuidado de transformá-la em petição exactamente para que pudesse vir a plenário. Fez o seu relatório e julgo que estamos em condições de dizer que esta é uma situação que deve ser utilizada no Corvo e a evolução dirá quando se deve fazer o ensino secundário no Corvo. Espero que seja rapidamente.

Só tenho uma dúvida, ou seja, o número de alunos que irá fazê-lo, se atendermos que este ano lectivo existe um aluno no 5º ano e 2 alunos no 6º ano. O 2º ciclo, no Corvo, tem 3 alunos.

Julgo que poderá haver aqui algumas inibições dos agrupamentos que se possam escolher para o ensino normal e secundário.

Por isso, acho que essa solução é a melhor, começando pelo ensino recorrente e depois a evolução dos tempos dirá se se deve caminhar para o ensino secundário normal.

Presidente: Não havendo mais inscrições, damos por terminado o debate sobre esta petição apresentada pelos habitantes da Ilha do Corvo.

Pedia aos Srs. Líderes Parlamentares para se aproximarem da Mesa para programarmos os nossos trabalhos.

(Pausa)

Passamos ao ponto seguinte dos nossos trabalhos: **“Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de Fevereiro, que estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas portadoras de deficiência nos serviços e organismos da Administração Pública”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma brevíssima apresentação do diploma, ora em análise, que visa adaptar o Decreto-Lei 29/2001, o qual estabelece uma discriminação positiva a favor dos cidadãos portadores de deficiência ao nível do interesse público e da importância que esse emprego público tem em termos quantitativos e também da importância e simbolismo que o próprio Estado, como empregador dá nesta matéria o exemplo.

Há matérias de natureza e de correspondência orgânica, bem como de percentagem da quota de reserva para essa discriminação positiva, que são alvo do diploma base.

O diploma base foi alvo de um trabalho da Comissão que lhe introduz alguns aperfeiçoamentos técnicos e contempla inclusive algumas matérias como o próprio suporte em que o aviso de abertura pode ser elaborado.

Contempla igualmente como critério geral, em caso de igualdade de classificação, o facto de se um dos cidadãos for portador de deficiência, isso serve como critério geral de desempate, ficando em primeiro lugar.

O Governo Regional está plenamente de acordo com os aperfeiçoamentos técnicos que foram feitos pela proposta de substituição que nos chega da respectiva Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que neste momento estamos a discutir é um exemplo claro daquilo que por vezes deve funcionar em termos de discriminação positiva, face a determinados grupos ou extractos populacionais.

De facto, a questão do estabelecimento de quotas de emprego para cidadãos portadores de deficiência, não só é um imperativo de ordem legal, como acima de tudo deve ser algo de ordem moral, no sentido de prestar solidariedade e cooperação com cidadãos com diferentes graus de deficiência que por vezes se vêem privados do acesso ao mercado de trabalho.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em tempo oportuno, em sede de comissão, apresentou uma proposta de substituição do diploma que mereceu, como consta do relatório da Comissão de Política Geral, o parecer unânime das forças políticas presentes e, como tal, é assumido pela própria Comissão como proposta de substituição à proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo Governo e que visa essencialmente dois aspectos:

O primeiro de natureza de forma que se prende com um melhor aperfeiçoamento e uma melhor adequação no preâmbulo da terminologia adequada e adaptada aquando da elaboração do mesmo;

O segundo, em termos de substância. Existe a introdução do nº 2 do artigo 2º que define, exactamente como há pouco foi referido pelo Secretário Regional Adjunto, um critério de preferência em caso de igualdade na classificação de um concurso sobre qualquer outro critério ou sobre qualquer outra preferência legal, em termos de igualdade de classificação, da mesma forma que introduz um artigo 3º que tem a ver com o aviso de abertura do concurso, preferindo que o suporte ou os portes da forma como esse aviso de abertura de concurso podem ou devem ser feitos de modo a permitir o seu acesso para os cidadãos portadores de deficiência, nomeadamente um suporte Braille, no caso de um invisual, ou um suporte áudio ou de outra natureza, no caso de outro tipo de deficiência.

Da mesma forma é introduzido m novo artigo 5º que tem a ver com o processo de selecção e define que os técnicos especializados no acompanhamento de cidadãos portadores de deficiência, possam participar no processo de concursos, de modo a fazer a avaliação dos mesmos

Deste modo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, naturalmente irá votar, na generalidade, a favor da Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada e a favor da proposta de substituição apresentada pela Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que agora apreciamos é, sobretudo, uma adaptação de legislação nacional, mas visa introduzir, além da mera adaptação orgânica, alguma qualidade e especificidade no que diz respeito à integração de pessoas portadoras de deficiência no âmbito profissional, designadamente no acesso ao emprego nos serviços e organismos da Administração Pública.

Portanto, é um projecto que se enquadra numa política de inclusividade social, neste caso profissional, de pessoas portadoras de deficiência, no qual o PSD se revê e apoia.

O Governo apresentou uma proposta com algumas deficiências técnicas, de menor monta, é certo, mas teve por parte da Comissão uma melhoria que não só foi feita ao nível técnico, como mesmo no alargamento de previsão e de medidas legislativas, com destaque especial para esta preferência legal, uma preferência específica no que diz respeito aos candidatos com deficiência que sempre que se verifique uma igualdade de classificação com outros não portadores de deficiência, esta preferência exerce uma prioridade ou está acima de qualquer outra preferência legal.

O processo de selecção também é, nesta proposta de texto de substituição, mais específico do que a solução da legislação nacional ou mesmo da proposta do Governo.

Seja como for o PSD está de acordo. Votará favoravelmente o texto de substituição e porque nos termos regimentais há uma discussão em simultâneo de um texto e de outro, fará a votação favorável do texto de substituição e irá abster-se na proposta do Governo sobre a mesma matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português está de acordo com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional e em conformidade irá votar favoravelmente.

Esta matéria, na nossa opinião, é importante e poderá permitir que pessoas com grau de deficiência igual ou superior a 60%, possam ter acesso à função pública, nos organismos da Administração Regional, nos Institutos da Administração Regional e nos organismos da Administração Local.

No entanto, queria chamar a atenção para um aspecto que pensamos que tem importância, ou seja, a necessidade que estes preceitos legais sejam cumpridos e cheguem ao conhecimento da população interessada, ou seja, das pessoas com dificuldades.

Se não temos dúvidas nenhuma em relação à Administração Regional, porque a proposta vem do Governo – está aqui o Sr. Secretário – e porque não pomos em causa que através dos serviços da Administração Pública seja implementado este cumprimento da legislação, temos receio em relação à Administração Local.

A Administração Local está mais afastada daquilo que se passa a nível desta legislação.

Por outro lado, estou convencido que esta legislação a nível da Administração Local, mesmo na Região Autónoma dos Açores, já estava em condições de ser aplicada, porque o diploma nacional aplica-a imediatamente à Administração Pública do Estado e à Administração Local.

Por isso mesmo, estou convencido que qualquer autarquia que abriu concursos desde 3 de Fevereiro de 2001, poderia ter cumprido e talvez deveria ter cumprido a legislação nacional.

Tenho a impressão que isso não tem sido feito, e admito que não tenha sido com qualquer interesse negativo, mas muitas vezes por desconhecimento.

Ainda há alguns preconceitos em relação à capacidade de trabalho das pessoas que têm incapacidades. Esta é uma matéria que não podemos afastar do nosso pensamento.

Por isso mesmo, penso que desta discussão o fundamental será chamar a atenção de todas as entidades, não só da Administração Pública Regional, mas também, porque

no fundo é um empregador com uma grande capacidade de emprego, da Administração Pública Local, para a necessidade de que esta legislação seja escrupulosamente cumprida.

Ela é necessária, é fundamental e não pode ser apenas mais um documento muito interessante e muito útil que todos nós vamos dar o nosso aval, mas que depois ficará apenas na nossa percepção de dever cumprido e isso é muito pouco.

Não nos esqueçamos que a partir desta aprovação, qualquer organismo, ao abrir um concurso para mais duas ou três pessoas, tem que dar preferência àqueles que têm incapacidades.

Por isso mesmo, penso que é fundamental que esta legislação chegue ao conhecimento de todos e que haja um esforço e uma vontade muito grande no sentido do seu cumprimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar conta que é com gosto que o CDS/PP apoiará também esta proposta.

Entendemos que é um passo importante na cidadania e que a igualdade que se procura é sempre essa mesma: tratar de forma diferente aquilo que não é igual, tratar positivamente.

Parece que este é um bom passo para isso e por isso apoiamos com gosto.

Presidente: Não havendo mais inscrições, gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados para o seguinte:

O artigo 148º do Regimento tem um esquema de votação que pode ser um pouco bizarro nesta situação concreta.

Se calhar nós fazíamos uma primeira votação na generalidade, o texto de substituição discutia-se na especialidade e votava-se a seguir, ou então fazemos uma votação sucessiva como diz o nº 2 desse mesmo artigo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Eu julgo que tem sido hábito nesta Casa, nestas circunstâncias, votar na generalidade a proposta que vai à Comissão e para a especialidade é utilizado o texto proposto na Comissão.

Jugo que essa é a forma que, não sendo o que está aqui escrito no Regimento, francamente, com todas as letras que cá estão, tem sido o hábito.

Nós não estamos contra a proposta do Governo. Apenas tentámos fazer uma melhoria de texto.

Se tivermos duas votações iguais, o que é que passa para a especialidade?

Este tem sido o entendimento da Casa e julgo que poderemos continuar a ter o mesmo entendimento, ou seja, votar na generalidade a proposta original e para a especialidade ter em conta o texto proposto pela Comissão, o que tem sido feito na minha Comissão ao longo de vários anos nesta Casa.

Proponho que seja esta a metodologia, se não houver qualquer oposição.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta esse entendimento que resulta de uma prática, embora aqui o artigo específico seja confuso, revemos a nossa posição naquilo que tem sido tradicional nesta Casa em situações idênticas, votando favoravelmente na generalidade o diploma do Governo e na votação da especialidade o texto de substituição, embora fica esta chamada de atenção, o Regimento é confuso e naturalmente precisa de ser reavaliado numa futura revisão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Um simples esclarecimento.

O artigo 161º é muito claro nesta matéria e a ordem de votação na especialidade é a seguinte:

propostas de eliminação

propostas de substituição, que é o caso e por aí fora.

O artigo 148º aplica-se no exame em Comissão.

Presidente: Esse não é o meu entendimento, até porque a Comissão pode sugerir ao plenário. Fala concretamente do plenário.

De qualquer forma eu considero que esta situação é mais razoável, porque realmente não é possível na prática, que se fizesse um exercício. Podíamos ter duas propostas que passavam e ficávamos sem saber qual é que deveria ser discutida na especialidade, porque aqui não há mais ou menos votos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Eu tenho a impressão que nesta Casa o preceituado no nº 2 do artigo 148º tem sido utilizado quando há várias propostas ou vários projectos sobre a mesma matéria.

Aí sim há que fazer a votação sucessiva em função daquilo que existe.

Aliás, temos o caso do Estatuto Político-Administrativo em que há sempre 4 projectos e depois surge sempre por parte da Comissão uma proposta alternativa.

Neste caso é diferente. Há apenas uma proposta e depois um projecto alternativo.

O projecto alternativo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é votado na generalidade, porque esse é fruto de um inicial que apareceu, que é votado e que depois segue os seus trâmites na especialidade.

Esta é a interpretação que eu sempre tenho dado ao Regimento.

Presidente: Eu creio que isto tem que ser esclarecido numa próxima revisão que terá que ser feita.

Portanto, vamos passar à votação na generalidade da Proposta de Decreto Legislativo Regional que estabelece o sistema de quotas que emprego para as pessoas portadoras de deficiência nos serviços e organismos da Administração Pública.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação na especialidade.

Se houver acordo poria à discussão todos os artigos desta proposta de substituição que veio da Comissão.

(Pausa)

Não havendo objecção vamos votar os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da proposta de substituição.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Chegados ao final dos nossos trabalhos, uma vez que ficaram prejudicados os últimos dois pontos, a Mesa apresenta à Assembleia a seguinte Proposta de Resolução:

“A Assembleia declara findo o período legislativo de Outubro”.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os trabalhos.

Boa noite e boa viagem de regresso às vossas residências.

(Eram 18 horas e 50 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Luís Paulo de Serpa Alves

Nélia Maria Pacheco Amaral

Partido Social Democrata (PSD)

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

DOCUMENTOS ENTRADOS

Projecto de Decreto Legislativo Regional

Revisão do montante do complemento de pensão

Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2000/A, de 12 de Janeiro, que cria um complemento mensal de pensão para os pensionistas e reformados cuja residência permanente seja na Região Autónoma dos Açores, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2001/A, de 21 de Maio.

Em 2000 iniciou-se, nos Açores, um processo de justiça social, que criou um complemento mensal de pensão para os que têm mais baixos rendimentos, numa fase da sua vida com maiores dificuldades e sem alternativas.

Tal medida abrange todos os pensionistas e reformados de todos os regimes de segurança social existentes, nas situações e nos termos previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 2/2000/A, de 12 de Janeiro.

São os pensionistas, os reformados e os idosos os que mais sofrem com a reduzida mensalidade que percebem, em montante muito inferior à remuneração mínima mensal garantida, já de si uma das mais baixas da União Europeia.

Durante o ano 2000, vigorou um complemento mensal de pensão no valor de 6000\$00.

Para o ano 2001, o Governo aumentou aquele complemento em mais 400\$00. Uma actualização calculada pela taxa de 6.5%, sendo arredondada para a centena de

escudos imediatamente superior, conforme determinado no âmbito do orçamento regional para 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2001/A, de 21 de Maio. Enquadrada numa opção estratégica anual de valorização extraordinária do complemento das mais baixas pensões e reformas, ainda abaixo do valor do salário mínimo nacional, esta medida ultrapassa a actualização ordinária prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 2/2000/A, de 12 de Janeiro.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 23º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos artigos 135º e 136º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentam, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 227º da Constituição, da alínea b) do n.º 1 do artigo 33º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte projecto de Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1º

(Objecto)

O artigo 3º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2000/A, de 12 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2001/A, de 21 de Maio, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 3º

(Montante)

1 – O complemento mensal de pensão é de 8400\$00.

2 - ...

...

80% para aqueles cuja pensão seja superior ao salário mínimo nacional e inferior ou igual a 85 000\$00;

60% para aqueles cuja pensão seja superior a 85 000\$00 e inferior ou igual a 100 000\$00;

40% para aqueles cuja pensão seja superior a 100 000\$00 até ao limite em que da sua aplicação não resulte num rendimento tributável em sede de IRS.

3 - ...

Artigo 2º

(Norma transitória)

A actualização ao complemento, prevista no artigo 4º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2000/A, de 12 de Janeiro, não tem aplicação no ano 2002.

Artigo 3º

(Produção de efeitos)

O presente diploma produz efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2002.

Ponta Delgada, 9 de Outubro de 2001

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD: Victor Cruz, José Manuel Bolieiro e Humberto Melo.

Parecer sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional que cria as freguesias de Algarvia, Santo António de Nordestinho e São Pedro de Nordestinho, no concelho de Nordeste.

A Comissão de Política Geral reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada, no dia 11 de Outubro de 2001, a fim de discutir, analisar e dar parecer final sobre o Projecto de Decreto Legislativo

Regional “Criação das freguesias de Algarvia, de Santo António de Nordeste e de São Pedro de Nordeste, no Concelho de Nordeste”.

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi apresentado ao abrigo da alínea b) do nº1 do artigo 23º e da alínea g) do artigo 31º ambos do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, ao abrigo dos artigos 135º e 136º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores bem como do nº2 da lei 60/99, de 30 de Junho. A Comissão, no âmbito da apreciação do projecto de diploma, deu cumprimento ao que estabelece a referida Lei que define o Regime jurídico da criação de freguesias na Região Autónoma dos Açores.

Capítulo II

Apreciação na generalidade e na especialidade

Os deputados verificaram o cumprimento dos critérios da Lei 60/99, de 30 de Junho, expressos no seu artigo 3º e conformaram-se com os indicadores e critérios técnicos verificados pelo Governo Regional no Relatório a que se refere o nº2 do artigo 7º da referida Lei, tendo sido verificado que o processo está convenientemente instruído, de acordo com o mesmo artigo 7º.

O Projecto de Decreto Legislativo Regional contém as menções legais obrigatórias a que se refere o artigo 8º.

No sentido de tornar minuciosa a descrição dos limites territoriais, a Comissão decidiu unanimemente concordar com as sugestões do Governo, não sem antes consultar as autarquias envolvidas que, na sua totalidade, as apoiaram. Assim sendo,

a Comissão faz a seguinte Proposta de Substituição para o artigo 1º e nº 1 do artigo 2º do Projecto de Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1º

Criação

São criadas no concelho de Nordeste, por extinção da freguesia do Nordeste, as freguesias de **Algarvia, Santo António de Nordeste, São Pedro de Nordeste.**

Artigo 2º

Delimitação territorial

1 – Os limites das novas freguesias são os seguintes:

Da freguesia de Algarvia:

a Norte, a orla marítima;

a Sul, pelo limite do concelho da Povoação com o de Nordeste, o planalto dos Graminhais, pelo caminho florestal da Serra;

a Nascente, pela ribeira Despe-te que suas, prosseguindo desde a sua nascente em linha recta até encontrar o caminho florestal da Serra, no planalto dos Graminhais;

a Poente, a freguesia de Santana, com os limites definidos nos termos do Decreto-Lei nº 42.997, de 1 de Junho de 1960.

Da freguesia de Santo António de Nordeste:

a Norte, a orla marítima;

a Sul, pelo limite do Concelho da Povoação com o de Nordeste, o planalto dos Graminhais, pelo caminho florestal da Serra, partindo do Pico da Vara para Poente;

a Nascente, pela Ribeira de São Pedro, prosseguindo desde a sua nascente em linha recta até encontrar o caminho florestal que liga a Atalhada ao Pico da Vara, seguindo por este até ao Pico da Vara.

A Poente, pela ribeira Despe-te que suas, prosseguindo desde a sua nascente em linha recta até encontrar o caminho florestal da Serra, no planalto dos Graminhais.

Da freguesia de São Pedro de Nordestinho:

a Norte, a orla marítima;

a Sul e Nascente, a freguesia da Lomba da Fazenda com os limites definidos nos termos da Lei nº 1.743, de 13 de Fevereiro de 1925;

a Poente, pela Ribeira de São Pedro, prosseguindo desde a sua nascente em linha recta até encontrar o caminho florestal que liga a Atalhada ao Pico da Vara, seguindo por este até ao Pico da Vara.

Ponta Delgada 11 de Outubro de 2001

Pel'O Relator: Luís Medeiros

O presente relatório foi aprovado por unanimidade

O Presidente: Manuel da Silva Azevedo

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco